

# Termo de Referência 171/2023

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
171/2023	110511-CENTRO GESTOR OP. SISTEMA PROTECAO AMAZONIA	FRANCISCO ENEDELSON PASSOS DA MACENO	05/12/2023 10:24 (v 3.0)

**Status**

ASSINADO

**Outras informações****Categoria**

Não se aplica/Não se aplica

**Número da Contratação****Processo Administrativo**

60090.000657/2022-51

**1. Objeto da Contratação**

O presente Termo de Referência tem por objetivo a Contratação de TI para atender ao licenciamento dos serviços de Active Directory (AD), Dynamic Host Configuration Protocol (DHCP), Domain Name System (DNS) do Centro de Coordenação-Geral e dos Centros Regionais.

**2. Descrição da Solução de TIC****2.1 BENS E SERVIÇOS QUE COMPÕEM A SOLUÇÃO**

Tabela 1 - Necessidades Serviços que Compõem a Solução.

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT /CATSER	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	JUSTIFICATIVA
ÚNICO	1	<p>Servidor de dados com as seguintes configurações mínimas:</p> <p>Tipo: Rack (a ser instalado em gabinete padrão rack 19 polegadas, 1U);</p> <p>1 Processador físico de, no mínimo, 16 núcleos, arquitetura x86- 64;</p> <p>Memória RDIMM com, no mínimo, 32 GB DDR4 3.200 MHz, em dual- channel, com capacidade de expansão para 256 GB;</p> <p>Interface Rede Lan: no mínimo 2;</p> <p>3 HDD, interface SATA com, no mínimo 2 TB de capacidade cada ;</p> <p>Fonte Alimentação: Redundante (Swap/HotPlug);</p> <p>Sistema Operacional: com sistema operacional Windows Server 2022 Standard pré instalado (OEM);</p> <p>Garantia On Site: com 60 meses de garantia com substituição de peças e atendimento para software (9X5).</p>	608692	Unidade	8	Para manutenção de alta disponibilidade, são necessários 2 servidores em cada uma das unidades do Censipam: Brasília, Belém, Manaus e Porto Velho.
	2	Serviço técnico especializado para configuração, customização, transferência de conhecimento e migração dos serviços de Active Directory (AD), DNS, DHCP e WSUS do Microsoft Windows Server 2012R2 para Windows Server 2022.	27332	Unidade de serviço técnico	1	O serviço deverá ser realizado nos oito servidores que estarão distribuídos em 04 localidades: Brasília, Belém, Manaus e Porto Velho, podendo ser realizado a partir de Brasília para as demais localidades de forma remota.
ITEM	3	Licença perpétua de CAL por usuário para Windows Server 2022.	27456	Unidade	589	As CAL de Windows são necessárias para homologar o licenciamento do ambiente ,autorizando legalmente os acessos ao servidor, sendo portanto essenciais quando há um servidor com o sistema operacional Windows Server.

2.1.1. Os códigos CATMAR/CATSER encontram-se cadastrados e ativos no Catálogo de Materiais (CATMAT) e Serviços (CATSER), constante no portal Compras.gov.br no seguinte endereço: <https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca>.

2.1.2. O objeto licitatório, formado por materiais e serviços de Tecnologia da Informação, em sua integralidade, é de natureza de serviço comum, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste instrumento, por meio de especificações usuais do mercado.

2.1.3. As especificações encontram-se no ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.

2.1.4 Em relação aos quantitativos e especificação seguem abaixo as devidas justificativas:

2.1.4.1. Foram solicitados dois servidores para cada uma das unidades do Censipam com a finalidade de manter a alta disponibilidade dos serviços.

2.1.4.2. A Equipe Técnica de Planejamento optou pela configuração apresentada pelos seguintes motivos:

- A infraestrutura das salas técnicas do Censipam estão organizadas em rack de 19U e há, atualmente disponibilidade para 2U em todos os Centros, um para cada servidor.
- Para instalação do Windows Server, o processador deve ser da arquitetura x86-64. Foi solicitado um processador de 16 Core, não apenas para utilizar serviço disponível do Windows Server 2022 mas também para utilização de outros serviços que necessitem do Sistema operacional Windows Server, sem prejudicar o desempenho dos serviços de Active Directory (AD), DNS, DHCP e WSUS.
- Foi solicitado a memória RAM de 32 GB DDR4 3.200 MHz, em dual-channel, com capacidade de expansão para 256 GB, visando manter a operacionalidade e a performance durante todo o período do ciclo de vida útil do equipamento. A memória dual-channel solicitada permite duplicar o fluxo de transmissão das informações, o que diminui o tempo necessário para realizar determinadas operações, melhorando a performance do equipamento servidor.
- Possuir no mínimo 2 interface rede Lan que visa manter a conectividade;
- Os 3 HDD com interface SATA de 2 TB de capacidade, tem como objetivo a montagem de RAID 5, a fim de proteger contra a perda de dados que possam ocorrer devido a uma falha da unidade de disco ou ainda a danos físicos em um disco;
- Os 2 discos SSD SATA de no mínimo 128 GB cada, tem por finalidade melhorar o desempenho dos serviços disponibilizados nos servidores;
- As fontes de alimentação (Swap/Hot Plug) deverão ser redundantes e hot-pluggable permitindo a substituição de qualquer uma das fontes em caso de falha sem parada ou comprometimento do funcionamento do equipamento.
- Deve possuir garantia padrão on-site por um período de 60 meses para reposição de peças danificadas, mão-de-obra de assistência técnica e suporte;
- Foi escolhida a garantia on-site (do fabricante) por se tratar de uma modalidade no qual o fabricante enviará um técnico para fazer a manutenção e substituição das peças que apresentarem problemas, durante todo o período do ciclo de vida do equipamento. Os serviços de reparos dos equipamentos especificados serão executados somente e exclusivamente onde se encontram.

2.1.4.3. O Serviço técnico especializado tem o objetivo de configurar, customizar, realizar a transferência de conhecimento e migrar os serviços de Active Directory (AD), DNS, DHCP e WSUS do Microsoft Windows Server 2012R2 para Windows Server 2022. O serviço deverá ser realizado nos oito servidores que estarão distribuídos em 04 localidades: Brasília, Belém, Porto Velho e Manaus, podendo ser realizado a partir de Brasília para as demais localidades de forma remota.

2.1.4.4. As CAL de Windows são necessárias para homologar o licenciamento do ambiente, autorizando legalmente os acessos ao servidor, sendo portanto essenciais quando há um servidor com o sistema operacional Windows Server. Em relação ao quantitativo de licenças de CAL, o Decreto nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023 estabelece a Estrutura Regimental do Ministério da Defesa, sendo o Censipam composto pelos quantitativos constantes na Tabela 3 e 4 distribuídos no Centro de Coordenação geral em Brasília/DF (CCG) e nos Centros Regionais de Manaus/AM (CR-MN), Belém/PA (CR-BE) e Porto Velho/RO (CR-PV).

Tabela 2 - Quantitativo de Cargos - Decreto 11.337

UNID.	CCE	FCE	GTS	MILITARES	GR	SUBTOTAL
CCG	16	8	41	30	0	95
CR-MN	5	5	17	12	0	39
CR-BE	5	7	17	11	1	41
CR-PV	5	4	15	7	2	33
<b>TOTAL</b>	<b>31</b>	<b>24</b>	<b>90</b>	<b>60</b>	<b>3</b>	<b>208</b>

A força de trabalho do Censipam também é composta por outros colaboradores, de acordo com as seguintes categorias:

- Servidores cedidos (sem gratificação/cargo ou função de confiança);

- Terceirizados - apoio administrativo e secretariado;
- Prestador de Tarefa por Tempo Certo (PTTC);
- Mão de Obra Temporária (MOT);
- Estagiários; e
- Bolsistas.

Tabela 3 - Quantidade de postos de trabalho por categoria

<b>Categoria</b>	<b>Ocupado</b>	<b>Vago/Previsto</b>	<b>Total</b>
Estagiários	75	4	79
Terceirizados - apoio administrativo e secretariado.	42	0	42
PTTC	20	0	20
MOT	0	60	60
Servidores cedidos (sem gratificação /cargo ou função de confiança);	7	6	13
Bolsistas	18	11	29
<b>Total</b>	<b>162</b>	<b>81</b>	<b>243</b>

Contudo para estabelecer o número de usuários, além da força de trabalho apresentado nas tabelas 2 e 3, deve-se acrescentar os usuários administradores de sistemas e as contas de serviço que são contabilizados como contas de usuário, conforme apresentado na tabela 6:

Tabela 4- Total de usuários

<b>Usuários</b>	<b>Total</b>
Quantitativo de Cargos -Decreto nº 11.337	208
Postos de trabalho	243
<b>SubTotal</b>	<b>451</b>
Contas de usuários administradores de sistemas	13
Contas de serviços	113
10% de possibilidade de aumento de contas de serviço ou de usuários administradores	12
<b>Total Geral</b>	<b>589</b>

### 3. Justificativa para a Contratação

#### 3.1. CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO - (IN. 01/2019, ART. 15)

3.1.1. O Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM) é um órgão do Ministério da Defesa, que possui infraestrutura própria de Tecnologia da Informação, composto por um Centro de Coordenação-Geral (CCG) localizado em Brasília e três Centros Regionais (CR) localizados em Belém (CR-BE), Manaus (CR-MN) e Porto Velho (CR-PV).

3.1.2. O Censipam buscando a constante melhoria e a celeridade no cumprimento de seu papel junto à sociedade, instituiu em seu Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação para o ciclo 2020-2023, como meta: "a garantia, suporte, manutenção, licenciamento e gerenciamento para servidores, virtualização, cluster, armazenamento, replicação, becape, cabeamento e ativos de rede, contratação de serviços técnicos especializados" sendo, portanto, o licenciamento dos serviços de Active Directory (AD), Dynamic Host Configuration Protocol (DHCP), Domain Name System (DNS) do Centro de Coordenação-Geral e dos Centros Regionais como uma meta a ser alcançada.

3.1.3. Desde de 2015, foi implantado como controlador de domínio o Active Directory (AD) instalado no Windows Server 2012 R2. A contratação do licenciamento do Windows Server tem como objetivo atualizar as licenças hoje existentes, visto que em outubro de 2023 ocorrerá a finalização do suporte e atualizações de segurança do Windows Server 2012R2.

3.1.4. Atualmente, todos os serviços internos disponibilizados pelo Censipam são autenticados no Active Directory (AD), sendo portanto de suma importância a manutenção do serviço de forma segura e integrada.

3.1.5. Além do Active Directory (AD) são disponibilizados os serviços de Dynamic Host Configuration Protocol (DHCP) e Domain Name System (DNS), havendo a possibilidade futura do uso dos servidores para outros serviços que operam no Sistema Operacional Windows, sendo portanto necessário que haja a capacidade de expansão para dois processadores.

3.1.6. Visando manter a infraestrutura de TI em conformidade com as melhores práticas de segurança da informação, optou-se também por realizar a contratação do serviço de migração, sendo esse, um serviço de natureza não continuada. Sendo assim, a contratação do serviço técnico especializado para configuração, customização, transferência de conhecimento e migração do serviço de Active Directory (AD), DNS, DHCP e WSUS do Microsoft Windows Server 2012R2 para Windows Server 2022, divididos nos 04 centros: Brasília, Belém, Manaus e Porto Velho e poderá ser realizada remotamente. Tal contratação é necessária para realizar a migração de modo rápido e seguro a fim de prover o serviço de autenticação estável para os usuários dos serviços de TI (civis, militares, estagiários, bolsistas, terceirizados), permitir alta disponibilidade dos serviços oferecidos e manter a conformidade com o licenciamento da Microsoft.

3.1.7. Ademais, para manter a conformidade com o licenciamento da Microsoft, é necessária, também, a aquisição de licenças CAL por usuário. A CAL (licença de acesso para cliente) é uma licença que fornece direitos de uso aos serviços instalados em servidores com sistema operacional Microsoft Windows Server. A CAL concede a um usuário ou dispositivo o direito de acessar as aplicações do servidor com sistema operacional Windows Server.

## 3.2. ALINHAMENTO AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAIS – (IN. 01/2019, ART. 15, INCISO I)

3.2.1. As necessidades de negócio descritas na tabela a seguir nortearão os requisitos tecnológicos, modelo de execução e de gestão da contratação.

Tabela 2 — Alinhamento aos Planos Estratégicos da Área

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS DA ÁREA DE TI	
O PETIC 2013-2023 pode ser acessado por meio do link: <a href="https://www.gov.br/censipam/pt-br/acesso-a-informacao/planejamento/arquivos/peticcensipamv20161.pdf">https://www.gov.br/censipam/pt-br/acesso-a-informacao/planejamento/arquivos/peticcensipamv20161.pdf</a>	
ID	Objetivos Estratégicos
OE10	Garantir e evoluir a infraestrutura de TIC Propiciar recursos tecnológicos necessários ao bom desempenho das atividades finalísticas, técnica e administrativa Modernização e manutenção do parque tecnológico próprio, distribuído e/ou de interesse do SIPAM.
IE 10.1	Dotar as áreas do Censipam de infraestrutura e serviços de TIC adequados e proporcionais à demanda.
IE 10.4	Garantir a disponibilidade de sistemas de software.

<p style="text-align: center;"><b>ALINHAMENTO AO PDTIC VIGENTE</b></p> <p style="text-align: center;">O PDTIC do Censipam pode ser acessado por meio do link :</p> <p style="text-align: center;"><a href="https://www.gov.br/censipam/pt-br/publicacoes/pdtic-2020-a-2023-1/arquivo/plano-diretor-da-tecnologia-da-informacao-pdtic_2020-a-2023.pdf">https://www.gov.br/censipam/pt-br/publicacoes/pdtic-2020-a-2023-1/arquivo/plano-diretor-da-tecnologia-da-informacao-pdtic_2020-a-2023.pdf</a></p>			
<b>ID</b>	<b>Ação do PDTIC</b>	<b>ID</b>	<b>Meta do PDTIC associada</b>
<b>4</b>	Manter funcionamento de infraestrutura básica de TI  Garantia, Suporte, Manutenção, Licenciamento e Gerenciamento para servidores, virtualização, cluster, armazenamento, replicação, becape, cabeamento e ativos de Rede, contratação de serviços técnicos especializados	<b>0.2</b>	Índice de disponibilidade dos serviços de infraestrutura interna

Tabela 4 - Alinhamento ao PAC

ALINHAMENTO AO PAC	
Item	Descrição
16/2022	Aquisição de servidores Windows

Tabela 5 - Alinhamento ao PTA

ALINHAMENTO AO PTA	
Item	Descrição
225/2023	Aquisição de servidores Windows

3.2.2. O Censipam ainda não instituiu a sua Política de Governança Digital motivo pelo qual não foi indicado o alinhamento da contratação com a referida política.



### 3.3. ESTIMATIVA DA DEMANDA

3.3.1. Para o atendimento das necessidades elencadas, os seguintes itens abaixo serão adquiridos de acordo com condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT /CATSER	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	JUSTIFICATIVA
ÚNCIO	1	<p>Servidor de dados com as seguintes configurações mínimas:</p> <p>Tipo: Rack (a ser instalado em gabinete padrão rack 19 polegadas, 1U);</p> <p>1 Processador físico de, no mínimo, 16 núcleos, arquitetura x86- 64;</p> <p>Memória RDIMM com, no mínimo, 32 GB DDR4 3.200 MHz, em dual- channel, com capacidade de expansão para 256 GB;</p> <p>Interface Rede Lan: no mínimo 2;</p> <p>3 HDD, interface SATA com, no mínimo 2 TB de capacidade cada ;</p> <p>Fonte Alimentação: Redundante (Swap/HotPlug);</p> <p>Sistema Operacional: com sistema operacional Windows Server 2022 Standard pré instalado (OEM);</p> <p>Garantia On Site: com 60 meses de garantia com substituição de peças e atendimento para software (9X5).</p>	608692	Unidade	8	Para manutenção de alta disponibilidade, são necessários 2 servidores em cada uma das unidades do Censipam: Brasília, Belém, Manaus e Porto Velho.
	2	Serviço técnico especializado para configuração, customização, transferência de conhecimento e migração dos serviços de Active Directory (AD), DNS, DHCP e WSUS do Microsoft Windows Server 2012R2 para Windows Server 2022.	27332	Unidade de serviço técnico	1	O serviço deverá ser realizado nos oito servidores que estarão distribuídos em 04 localidades: Brasília, Belém, Manaus e Porto Velho, podendo ser realizado a partir de Brasília para as demais localidades de forma remota.
ITEM	3	Licença perpétua de CAL por usuário para Windows Server 2022.	27456	Unidade	589	As CAL de Windows são necessárias para homologar o licenciamento do ambiente, autorizando legalmente os acessos ao servidor, sendo portanto essenciais quando há um servidor

						com o sistema operacional Windows Server . Em relação ao quantitativo de licenças de CAL o quantitativo foi justificado conforme tabela 2.
--	--	--	--	--	--	--

3.3.2. Foram solicitados dois servidores para cada uma das unidades do Censipam com a finalidade de manter a alta disponibilidade dos serviços.

3.3.3 Em relação ao quantitativo de licenças de CAL por usuário para Windows Server 2022 o cálculo teve como base, além da força de trabalho do Censipam, a soma dos usuários administradores de sistemas e as contas de serviço, conforme apresentado na tabela 7:

Tabela 7- Total de usuários

Usuários	Total
Quantitativo de Cargos -Decreto nº 11.337	208
Postos de trabalho	243
<b>SubTotal</b>	<b>451</b>
Contas de usuários administradores de sistemas	13
Contas de serviços	113
10% de possibilidade de aumento de contas de serviço ou de usuários administradores	12
<b>Total Geral</b>	<b>589</b>

### 3.4. PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO DE TIC – (IN.01/2019, ART. 12, §2º, INCISO I)

3.4.1. Orientação do Tribunal de Contas da União, no sentido de que a formação de grupos (lotes) deve ser precedida de forte justificativa:

*“9.3.1. a opção de se licitar por itens agrupados deve estar acompanhada de justificativa, devidamente fundamentada, da vantagem da escolha, em atenção aos artigos 3º, § 1º, I, 15, IV e 23, §§ 1º e 2º, todos da Lei 8.666/1993;*

*(...)*

*9.3.4. a pesquisa de mercado, prevista no art. 7º, do Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013, deverá se conformar às características do objeto a ser licitado, possíveis de impactar no preço pesquisado, a exemplo das quantidades a serem adquiridas, do agrupamento de produtos e do critério de regionalização dos lotes, definidos no Pregão SRP 96/2012;”4 (grifou-se)*

*“29. A jurisprudência desta Casa, consubstanciada na Súmula TCU 247, é pacífica no sentido de determinar a órgãos e entidades a adjudicação por itens específicos e não por lotes, compostos de diversos produtos ou serviços a serem adjudicados a um único fornecedor:*

*(...)”*

3.4.2. Sendo assim, não será aplicado o disposto no Art. 8º do Decreto nº 8.538 de 06 de outubro de 2015, para os itens 1 e 2, considerando a inviabilidade técnica e econômica para o parcelamento do objeto da presente contratação, bem como foram consideradas as suas respectivas peculiaridades, interdependência e natureza acessória entre as parcelas do objeto.

3.4.3. Não há interdependência para o item 3, podendo ser parcelado sem prejuízo para Administração Pública.

### 3.5. PERMISSÃO DE CONSÓRCIO OU SUBCONTRATAÇÃO (IN SGD/ME 01/2019, ART. 12, §2º, INCISO I)

3.5.1. Considerando o universo de empresas com capacidade para fornecer o objeto do presente certame, esta Administração decidiu por não permitir a participação de consórcio, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital.

3.5.2. Cumpre ressaltar que a admissão ou veto de formação de consórcio em certame licitatório é confiada pela lei ao talante do administrador, pois o art. 33 da Lei nº 8.666/93, utilizando-se da expressão “quando permitida”, conferiu discricionariedade ao ente administrativo para permitir ou não tal condição

3.5.3. A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame para o caso concreto em análise, que visa exatamente afastar a restrição à competição. Corroborando esta tese, o Prof. Marçal Justen Filho, in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 18ª edição, 2019, leciona que:

*...“Em regra, o consórcio não é favorecido ou incentivado pelo nosso Direito. Como instrumento de atuação empresarial, o consórcio pode conduzir a resultados indesejáveis. A formação de consórcios acarreta risco da dominação do mercado, através de pactos de eliminação de competição entre os empresários. No campo de licitações, a formação de consórcios poderia reduzir o universo da disputa. O consórcio poderia retratar uma composição entre eventuais interessados: em vez de estabelecerem disputa entre si, formalizariam acordo para eliminar a competição. Mas o consórcio também pode prestar-se a resultados positivos e compatíveis com a ordem jurídica... É usual que a Administração Pública apenas autorize a participação de empresas em consórcio quando as dimensões e a complexidade do objeto ou as circunstâncias concretas exijam a associação entre os particulares... Usualmente, há consórcios heterogênia multiplicidade de atividades empresariais distintas. Isso se passa especialmente no tocante a concessões de serviço público. Nesses casos, a ausência de permissão de atuação de consórcios produziria enormes dificuldades para participação no Certame”...*

3.5.4. A respeito da participação ou não de consórcios, a jurisprudência do TCU tem assentado que fica a cargo da discricionariedade do gestor a decisão de admitir ou não a participação de empresas organizadas em consórcio na licitação. Vejamos:

*(...) b) nem sempre a participação de empresas em consórcio implica incremento de competitividade (assunto Acórdão 280/2010 Plenário (Voto do Ministro Relator))*

*27. Ademais, a participação de consórcios em torneios licitatórios não garante aumento de competitividade (Acórdão 1946/2006 Plenário (Voto do Ministro Relator)) - (grifou-se)*

3.5.5. Os serviços relacionados à garantia e assistência técnica poderão ser executados pelas filiais ou rede credenciada dos fabricantes.

### 3.6. RESULTADOS E BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS

Tabela 8 - Relação de Resultados e Objetivos

<b>Id</b>	<b>Benefícios</b>	<b>Eficácia/ Eficiência/ Efetividade/ Economicidade</b>
1	Garantir a segurança das informações do negócio e continuidade dos serviços de TIC.	Efetividade
2	Manter a conformidade tecnológica com a Política de Segurança da Informação, que está em trâmite interno no MD.	Eficácia
3	Realizar o licenciamento do servidor.	Eficácia
4	Manter a garantia e suporte do parque tecnológico.	Eficiência
5	Manter o funcionamento de infraestrutura básica de TI.	Eficiência

### 3.7. SERVIÇO DE NATUREZA COMUM (IN. 04/2014, ART. 25, PARÁGRAFO ÚNICO)

3.7.1. O objeto licitatório, formado por materiais e serviços de Tecnologia da Informação, em sua integralidade, é de natureza de serviço comum, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste instrumento, por meio de especificações usuais do mercado, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e preferencialmente na forma eletrônica de acordo com o Decreto nº 10.024/2019.

3.7.2. Todos os bens pretendidos neste TR têm padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais praticadas no mercado, conforme § 2º do artigo 12 do Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010.

## 4. Requisitos da Contratação

### 4.1. REQUISITOS DE NEGÓCIO (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO I, ALÍNEA “A”)

4.1.1. Contratação de TI para aquisição de licenciamento de Sistema Operacional Windows Server 2022 para os quatro Centros que compõem o Censipam a fim de atender as seguintes demandas:

- Prover serviço de autenticação estável e distribuído aos usuários de serviço de TI (civis, militares, estagiários, bolsistas, terceirizados);
- Permitir alta disponibilidade de serviços;
- Manter a conformidade do ambiente, homologando o licenciamento do ambiente, autorizando legalmente os acessos ao servidor Windows Server 2022; e
- Disponibilizar licenças, serviço de repasse de conhecimento técnico, serviço de suporte técnico customização e realização da migração dos serviços: Active Directory (AD), Dynamic Host Configuration Protocol (DHCP), Domain Name System (DNS).

### 4.2. REQUISITOS DE CAPACITAÇÃO (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO I, ALÍNEA “B”)

4.2.1. Quanto ao Serviço Técnico (Item 2 da Tabela 1), deverá ser realizado a transferência de conhecimento acerca do funcionamento e operação do Windows Server 2022 e dos seus recursos, ferramentas e serviços durante a implantação da solução;

4.2.2. A realização da transferência de conhecimento deverá ocorrer durante o horário comercial;

4.2.3. É de responsabilidade da CONTRATADA todo material audiovisual, didático e eletrônico para a realização da referida atividade;

4.2.4. A atividade de transferência de conhecimento poderá ser online;

4.2.5. Deve ser fornecida apostila, preferencialmente, em português do Brasil;

4.2.6. A transferência de conhecimento deverá ser realizada novamente pelo CONTRATANTE caso o nível de satisfação apurado seja inferior a 70% (setenta por cento).

### 4.3. REQUISITOS LEGAIS (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO I, ALÍNEA “C”)

- Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores – Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
- Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art.37, inciso XXI da Constituição Federal, modalidade de licitação de nominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;
- Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal;
- Lei Complementar 123/2006, de 14 de dezembro de 2006 – Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
- Lei nº 13.709/2018 e suas alterações – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
- Decreto nº 7.746/2012 – Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável;
- Decreto nº 7.174/2010 – Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela Administração Pública Federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União;

- Instrução Normativa SGD/ME nº 40/2020 – Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP – para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital;
- Instrução Normativa SGD/ME n.º 01/2019 – Dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISF do Poder Executivo Federal;
- Instrução Normativa SLTI nº 05/2017 – Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Instrução Normativa SGD/ME nº 73/2020 – Dispõe sobre procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;
- Instrução Normativa SLTI-MPOG nº 01/2010 – Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;
- Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2020 a 2023, versão 2020.4 – Pode ser acessado por meio do link [https://www.gov.br/censipam/pt-br/publicacoes/pdtic-2020-a-2023-1/arquivo/plano-diretor-da-tecnologia-da-informacao-pdtic\\_2020-a-2023.pdf](https://www.gov.br/censipam/pt-br/publicacoes/pdtic-2020-a-2023-1/arquivo/plano-diretor-da-tecnologia-da-informacao-pdtic_2020-a-2023.pdf);
- Plano de Trabalho Anual – PTA, de 2023;
- Planejamento e Gerenciamento de Contratação (PGC) de 2023, disponibilizado na Internet <https://pgc-anterior.planejamento.gov.br/login?cnet-id=e3cd0fce-2bdf-4d1b-9e58-b5f4954825fe>;
- Portaria GM-MD nº 5.659, de 18 de novembro de 2022 – Aprova a Política de Segurança da Informação da administração central do Ministério da Defesa - POSIN-MD;
- Resolução CIG-CENSIPAM/SG-MD Nº 1 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022 que Aprova o Plano de Segurança Orgânica do Censipam e suas Normas Internas de Aplicação; e
- Boas Práticas, Orientações e Vedações para Contratação de Ativos de TIC – Versão 4, disponível em [https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/orientacoes\\_ativos-de-tic-v-4.pdf](https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/orientacoes_ativos-de-tic-v-4.pdf).

#### **4.4. REQUISITOS DE MANUTENÇÃO (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO I, ALÍNEA “D”)**

- 4.4.1. O suporte deve ser prestado pelo fabricante em português;
- 4.4.2. A substituição de componentes ou peças decorrentes da garantia não deve gerar quaisquer ônus para a CONTRATANTE.
- 4.4.3. O fabricante deve possuir um sistema de atendimento de suporte técnico via Chat, através da web; e
- 4.4.4. Todos os itens deverão possuir suporte ilimitado para abertura de chamados junto ao fabricante;
- 4.4.5. Possuir recurso disponibilizado via web, no site do próprio fabricante, que permita verificar a garantia do equipamento através da inserção do seu número de série; e
- 4.4.6. O fabricante deverá durante todo o período de garantia do equipamento, disponibilizar em seu site todas as atualizações e correções de bug para drivers, softwares e firmware;

#### **4.5. REQUISITOS TEMPORAIS - (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO I, ALÍNEA “E”)**

- 4.5.1. Os equipamentos servidores deverão ser entregues em até 30 dias úteis após a assinatura do contrato.
- 4.5.2. O planejamento da instalação, configuração, migração e o cronograma de transferência de conhecimento deverá ser proposta pela CONTRATADA em até 10 dias úteis após a reunião inicial e aprovado pelo CONTRATANTE em até 10 dias úteis após a apresentação do planejamento.
- 4.5.3. O serviço de instalação, configuração e customização dos equipamentos servidores deverão estar em funcionando no prazo estimado de 60 dias úteis após a entrega dos equipamentos.

4.5.4. A garantia on-site (do fabricante) deverá vigorar por 60 meses a partir da entrega dos equipamentos servidores.

#### **4.6. REQUISITOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PRIVACIDADE- (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO I, ALÍNEA “F”)**

4.6.1. Os serviços contratados deverão ser prestados em conformidade com leis, normas e diretrizes vigentes no âmbito da Administração Pública Federal, relacionadas à Segurança da Informação e Comunicações (SIC); em especial atenção à Lei de Geral de Proteção de Dados nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, ao Decreto Federal nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018, à Instrução Normativa GSI/PR nº 01, de 13 de junho de 2008 (e suas normas complementares) e à POSIN-MD ([https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/legislacao/posin-md-2022.pdf/@/download/file/pol%C3%ADtica-de-seguranca-da-Informacao-da-administracao-central-do-ministerio\\_da\\_defesa-posin-de-18-novembro-de-2022.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/legislacao/posin-md-2022.pdf/@/download/file/pol%C3%ADtica-de-seguranca-da-Informacao-da-administracao-central-do-ministerio_da_defesa-posin-de-18-novembro-de-2022.pdf)).

4.6.2. A CONTRATADA deverá assinar o Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo e o Termo de Ciência da Declaração de Manutenção de Sigilo.

4.6.3. A CONTRATADA deverá seguir no que couber, o “Guia de Requisitos e de Obrigações quanto a Segurança da Informação e Privacidade”, constante da Seção 7 do Anexo da IN SGD/ME nº 94/2022. Disponível em:

<https://www.gov.br>

[/governodigital/pt-br/seguranca-e-protecao-de-dados/ppsi/guia\\_requisitos\\_obrigacoes.pdf](https://governodigital/pt-br/seguranca-e-protecao-de-dados/ppsi/guia_requisitos_obrigacoes.pdf).

#### **4.7. REQUISITOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CULTURAIS (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO I, ALÍNEA “G”)**

4.7.1. Só será admitida a oferta que cumpra os critérios de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética, previstos na Portaria nº 170, de 2012 do INMETRO.

4.7.2. Os profissionais da CONTRATADA quando estiverem nas dependências do Censipam, deverão apresentar-se vestindo de forma adequada ao ambiente de trabalho, utilizando vestuário que caracterize o comprometimento da boa imagem institucional.

4.7.3. Os profissionais da CONTRATADA deverão respeitar todos os servidores, funcionários e colaboradores em qualquer posição hierárquica, preservando a comunicação e o relacionamento interpessoal construtivo.

4.7.4. Tanto o Sistema Operacional Windows Server 2022, como a transferência de conhecimento, deverão estar, preferencialmente, no idioma português do Brasil.

#### **4.8. REQUISITOS DE ARQUITETURA TECNOLÓGICA (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO II, ALÍNEA “A”)**

4.8.1. Os requisitos técnicos dos itens devem ser integralmente observados.

4.8.2. Os recursos computacionais devem ser entregues em pleno funcionamento e em conformidade com as necessidades da Instituição;

4.8.3. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pelo CONTRATANTE. Caso não seja autorizada, é vedado ao CONTRATADO adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pelo CONTRATANTE.

4.8.4. Garantia de que todos os serviços adquiridos na compra estejam de acordo com os recursos existentes e sejam compatíveis com Sistema Operacional Windows Server 2022.

4.8.5. A CONTRATANTE deverá disponibilizar a infraestrutura física, elétrica e tecnológica para prestação dos serviços descritos.

#### **4.9. REQUISITOS DE PROJETO E DE IMPLEMENTAÇÃO (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO II, ALÍNEA “B”)**

4.9.1. A implementação deverá ocorrer sem interrupção das atividades do órgão.

4.9.2. Deverá ser providenciado apostila para a transferência de conhecimento da equipe que irá gerenciar os serviços no Windows Server 2022.

#### **4.10. REQUISITOS DE IMPLANTAÇÃO (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO II, ALÍNEA “C”)**

4.10.1. A CONTRATADA Serviço técnico especializado deverá disponibilizar um plano de execução que contemple a configuração, customização, migração do Active Directory (AD), DNS, DHCP e WSUS e a transferência de conhecimento quanto a operação do serviço destes serviços.

#### **4.11. REQUISITOS DE GARANTIA E MANUTENÇÃO (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO II, ALÍNEA “D”)**

4.11.1. O serviço de garantia on-site dos equipamentos servidores deverá ser prestado durante o período de 60 meses.

4.11.2. A garantia on-site será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o CONTRATANTE.

4.11.3. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias pelo fabricante.

4.11.4. Durante o prazo de garantia on-site, o fabricante se obriga a realizar a atualização de qualquer componente da solução, sem nenhum custo adicional ao CONTRATANTE.

4.11.5. Os itens contratados sofrerão manutenção corretiva, quando forem identificadas falhas em seu funcionamento, dentro das condições de suporte e do prazo de garantia determinado a cada um deles no Edital que regerá a contratação e seus anexos. Problemas e defeitos de fabricação ou de projeto identificados dentro do período de vigência da garantia on site devem ser sanados de forma proativa pelo fornecedor.

4.11.6. O fornecedor deverá disponibilizar meio de acesso para abertura de chamados em garantia on-site que utilize mecanismos formais de comunicação, tais como: e-mail, site ou central de atendimento.

#### 4.12. REQUISITOS DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO II, ALÍNEA “F”)

4.12.1. A empresa deverá apresentar, sempre que solicitado, documentação que comprove, pelo menos, 1 (ano) ano de atuação na área de prestação dos serviços constantes neste Termo de Referência.

4.12.2. O serviço de migração deve ser realizado por profissionais especializados da contratada, que possuam certificação do fabricante da solução adquirida ou pelo próprio fabricante, que lhes confirmem as competências necessárias para a realização dos respectivos serviços.

#### 4.13. REQUISITO DE FORMAÇÃO DA EQUIPE (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO II, ALÍNEA “G”)

4.13.1. A CONTRATADA deverá utilizar empregados habilitados e com conhecimento técnico dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

Tabela 9 - Requisitos de Formação da Equipe

PERFIL DO PRESTADOR DE SERVIÇO ESPECIALIZADO	
Responsável técnico por realizar as atividades relacionadas ao serviço técnico especializado para configuração, customização, transferência de conhecimento e migração dos serviços de Active Directory (AD), DNS , DHCP e WSUS do Microsoft Windows Server 2012R2 para Windows Server 2022.	
Experiência/Qualificação	Modo de Comprovação
Possuir experiência mínima de 02 (dois) anos na prestação de serviço em administração de serviços Windows Server.	Registro em Carteira de Trabalho ou contrato(s) executado(s) pelo funcionário, além da devida documentação necessária para que se comprove a participação do funcionário na execução das atividades e certificação .
Formação	Modo de Comprovação
Ter a certificação AZ-800: Administering Windows Server Hybrid Core Infrastructure	certificado de conclusão de curso.

#### 4.14. REQUISITOS DE METODOLOGIA DE TRABALHO - (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO II, ALÍNEA “H”)

4.14.1. A CONTRATADA deverá ser capaz de realizar a migração dos serviços de Active Directory (AD), DNS , DHCP e WSUS do Microsoft Windows Server 2012R2 para Windows Server 2022, nos quatros Centros localizados em Brasília, Belém , Porto Velho e Manaus.

4.14.2. O fornecimento dos equipamentos/serviços está condicionado ao recebimento pelo CONTRATADO de Ordem de fornecimento de Bens/Serviços (OFB/OFS) emitida pelo CONTRATANTE.

4.14.2. A OFB/OFS indicará o tipo de equipamento/serviço, a quantidade e a localidade na qual os equipamentos deverão ser entregues.

4.14.3. O fabricante deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 9 horas por dia e 5 dias por semana de maneira eletrônica e 12 horas por dia e 5 dias por semana por via telefônica.

#### **4.15. REQUISITOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PRIVACIDADE - (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO II, ALÍNEA “I”)**

4.15.1. Não será permitida a divulgação, sob nenhuma hipótese, de qualquer documento, modo de operação, informações sobre as áreas de aquisição, confidencial ou não, sem prévia permissão do Censipam.

4.15.2. A CONTRATADA é integralmente responsável pela manutenção de sigilo sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos, não podendo, sob qualquer pretexto e forma divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Censipam a tais documentos.

4.15.3. Os serviços contratados deverão ser prestados em conformidade com leis, normas e diretrizes vigentes no âmbito da Administração Pública Federal, relacionadas à Segurança da Informação e Comunicações (SIC); em especial, atenção à Lei de Geral de Proteção de Dados nº 13.709 de 14 de agosto de 2018, ao Decreto Federal nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018, à Instrução Normativa GSI/PR nº 01, de 13 de junho de 2008 (e suas normas complementares).

#### **4.16. OUTROS REQUISITOS APLICÁVEIS - (IN. 01/2019, ART. 16, INCISO II, ALÍNEA “J”)**

4.16.1. Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos (incluindo todas as peças e componentes presentes nos produtos), de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior), não recondicionados e em fase de comercialização normal através dos canais de venda do fabricante no Brasil (não serão aceitos produtos end-of-life).

4.16.2. Todos os componentes dos equipamento(s) e respectivas funcionalidades deverão ser compatíveis entre si, sem a utilização de adaptadores, frisagens, pinturas, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos não previstos nas especificações técnicas ou, ainda, com emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o produto ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis.

4.16.3. Os produtos, considerando a marca e modelo apresentados na licitação, não poderão estar fora de linha comercial, considerando a data de LICITAÇÃO (abertura das propostas). Os produtos devem ser fornecidos completos e prontos para a utilização, com todos os acessórios, componentes, cabos etc. Desse modo, visando garantir a perfeita compatibilidade todos os equipamentos deverão ser do mesmo fabricante, sendo aceito o regime de OEM (Original Equipment Manufacturer) para o sistema operacional.

#### **4.17. REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE**

4.17.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.17.1.1. Na parte externa da embalagem deverá conter a descrição de que o material utilizado na sua composição é reciclável, quando aplicável;

4.17.1.2. Conforme Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010, a comprovação poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitidas por instituições públicas ou privadas credenciadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, que atestem, conforme regulamentação específica, a adequação em segurança para o usuário e instalações, compatibilidade eletromagnética e consumo de energia; e

4.17.1.3. Só será admitida a oferta que cumpra os critérios de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética através do mecanismo de certificação voluntária, atendendo aos requisitos normativos, visando à diminuição de acidentes, o aumento da qualidade e diminuição do consumo de energia dos produtos, previstos na Portaria nº 170, de 2012 do INMETRO, no que couber;

4.17.1.4. A licitante vencedora deverá observar o seguinte critério de prática de sustentabilidade ambiental conforme estabelecem a IN/SLTI/MPOG nº 01 de 19 de janeiro de 2010, bem como, o Decreto 7.746 de 05 de junho de 2012, nos termos do art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, como:



4.17.1.5. Os equipamentos devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

4.17.1.6. Os equipamentos não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

## 5. Responsabilidades

### 5.1. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE - (IN. 01/2019, ART. 17, INCISO I, ALÍNEA “A” – “H”)

- a) Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- b) Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- c) Receber o objeto fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- d) Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- e) Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- f) Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- g) Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da CONTRATADA, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável; e
- h) Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, pertençam à Administração;
- i) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- j) Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- k) Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas durante o serviço de transferência do conhecimento, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- l) Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Instrumento;
- m) Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da CONTRATADA, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- n) Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- o) Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- p) Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

- q) Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- r) Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo Art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

## **5.2. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA - (IN01/2019, ART. 17, INCISO II, ALÍNEA "A" – "H")**

- a) Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto ao CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- b) Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- c) Reparar quaisquer danos diretamente causados ao CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pelo CONTRATANTE;
- d) Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pelo CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
- e) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- g) Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- h) Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- i) Executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).
- j) Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do contrato, sem prévia autorização do CONTRATANTE;
- k) Não fazer uso das informações prestadas pelo CONTRATANTE para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do contrato em questão;
- l) Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- m) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade.
- n) Apresentar a garantia do fabricante dos equipamentos pelo prazo de vigência definido para cada item.
- o) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato;
- p) Vedar a utilização, na execução dos serviços em garantia, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- q) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao do fornecimento dos bens, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

r) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, no que couber, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

### **5.3. DEVERES E RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - (IN. 01/2019, ART. 17, INCISO III)**

5.3.1. Não se aplica.

## **6. Modelo de Execução do Contrato**

### **6.1. ROTINAS DE EXECUÇÃO - (IN. 01/2019, ART. 18, INCISO I)**

#### **6.1.1. Realização da Reunião Inicial - (IN. 01/2019, art. 31, inciso I - III)**

6.1.1.1. Em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, será realizada reunião inicial que poderá ocorrer por videoconferência, com objetivo:

- a) coordenar o recebimento dos servidores (Item 1), que deverão ser entregues em até 30 dias úteis após a assinatura do contrato.
- b) solicitar um programa de trabalho para realização dos serviços relacionados ao Item 2. O planejamento da instalação, configuração, migração e o cronograma de transferência de conhecimento deverá ser proposta pela CONTRATADA em até 10 dias úteis após a reunião inicial e aprovado pelo CONTRATANTE em até 10 dias úteis após a apresentação do planejamento.
- c) coordenar o recebimento das licenças CAL (Item 3).

A reunião inicial deverá ser convocada pelo Gestor do Contrato com a participação dos Fiscais Técnico, Requisitante e Administrativo, do CONTRATANTE e dos demais interessados por ele identificados, cuja pauta observará, pelo menos:

6.1.1.2. Da parte da CONTRATADA :

- Presença do representante legal da CONTRATADA, que apresentará o seu preposto;
- entrega do contrato assinado eletronicamente pelas partes no Sistema de Gestão Eletrônico de Documentos do CONTRATANTE;
- entrega da documentação referente a certificação do profissional que irá executar o serviço especializado (item 2) ;
- entrega do documento de apresentação do preposto da CONTRATADA no Sistema de Gestão Eletrônico de Documentos do CONTRATANTE, conforme modelo constante no APÊNDICE II - MODELO APRESENTAÇÃO PREPOSTO, o modelo de solicitação de cadastro do preposto no Sistema Único de Processo Eletrônico - SUPER.GOV.BR encontra-se no APÊNDICE III - FORMULÁRIO DE CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO NO SUPERGOV.BR;
- entrega do Termo de Compromisso e do Termos de Compromisso e Manutenção de Sigilo conforme modelo constante no APÊNDICE IV - MODELO DO TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DO SIGILO E TERMO DE CIÊNCIA, conforme Art. 18, inciso V da IN 01/2019 - SGD/ME, no Sistema de Gestão Eletrônico de Documentos do CONTRATANTE;
- esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;
- esclarecimentos necessários à execução dos serviços ou ao fornecimento de bens;
- repasse à contratada de conhecimentos necessários ao fornecimento de bens; e
- disponibilização de infraestrutura à contratada, se couber.

6.1.1.3. Da parte do CONTRATANTE:

- Apresentação do Gestor do Contrato, dos Fiscais Técnico, Requisitante e Administrativo;
- esclarecimentos necessários à execução dos serviços ou ao fornecimento de bens.

- a disponibilização de cópia da POSIN-MD à CONTRATADA.
- esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;
- A disponibilização de infraestrutura à contratada, se couber;
- repasse à CONTRATADA de conhecimentos necessários à execução dos serviços ou ao fornecimento de bens.

#### **6.1.2. Descrição dos eventos do período de ambientação, quando houver**

6.1.2.1 Quando da reunião inicial o CONTRATANTE deverá informar como se dará o processo de inserção da CONTRATADA, ou seja, como será o início dos trabalhos e os requisitos necessários ao acesso dos profissionais da CONTRATADA nos espaços físicos e no ambiente tecnológico do Censipam, caso necessário.

#### **6.1.3. Procedimentos para encaminhamento e controle de solicitações**

6.1.3.1. A garantia on-site (do fabricante) será realizada sempre que solicitada pelo CONTRATANTE, por meio da abertura de chamado técnico.

6.1.3.2. O fabricante deverá disponibilizar pelo menos um dos seguintes canais para abertura de chamados: telefone (0800 ou de custo do local de abertura do chamado) ou site as suas expensas para solicitação de garantia on-site. Na abertura de chamados técnicos junto à Central de Atendimento serão fornecidas as seguintes informações:

- Problema observado;
- nome, telefone, e-mail do profissional do Censipam responsável pela solicitação; e
- severidade do chamado, conforme a Classificação, Severidade, Prazo de Atendimento e de Solução de Chamados.

6.1.3.3. Para os casos de atendimento de chamado técnico de forma presencial, ou qualquer outro tipo de serviço associado à garantia on-site, o fabricante deverá informar o nome completo e número do documento de identidade da pessoa designada por ela para ir ao local de atendimento.

6.1.3.4. O fabricante, após a realização dos serviços, deverá apresentar um Relatório de Serviços, contendo identificação do chamado, data e hora de abertura do chamado, data e hora do início e término do atendimento, identificação do defeito, técnico responsável pela solução, às providências adotadas e outras informações pertinentes. Este relatório deverá ser homologado pelo responsável do Censipam.

6.1.3.5. Um chamado técnico somente poderá ser fechado após a confirmação do CONTRATANTE, de maneira que o término do atendimento se dê com a disponibilidade do recurso para uso, em perfeitas condições de funcionamento dos serviços.

6.1.3.6. Caso a manutenção externa de um equipamento se estenda por mais de 60 dias, o mesmo deverá ser substituído pela CONTRATADA, por outro de mesmas características ou superior e de primeiro uso, sem ônus à CONTRATADA.

6.1.3.7. Os serviços de garantia on-site, referente ao item 1, deverão ser prestados de forma contínua, sem interrupções, em regime 9x5 (nove horas, cinco dias por semana) online ou, se necessário, nas localidades de instalação ou fornecimento dos equipamentos.

6.1.3.8. A garantia on-site, referente ao item 1, deve contemplar o atendimento e a substituição de peças.

6.1.3.9. Em caso de falência ou suspensão da CONTRATADA em prestar serviço, o suporte técnico será prestado diretamente pelo fabricante. Para tanto, além do canal de comunicação direta com a CONTRATADA, deverá ser providenciado um canal de atendimento com o fabricante do equipamento servidor.

#### **6.1.4. Forma de execução e acompanhamento dos serviços**

6.1.4.1. A execução do Contrato, nos termos do § 1º do art. 67 e art. 73, ambos da Lei nº 8.666/93, será acompanhada e fiscalizada por servidores designados pelo Censipam mediante Portaria, anotando, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, e atestará a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s) apresentadas para fins de pagamento.

6.1.4.2. Para o acompanhamento e fiscalização do Contrato serão utilizadas as disposições contidas na IN. SGD nº 01/2019 e suas alterações.

6.1.4.3. Caberá à Equipe de fiscalização Contratual, dentre outras atribuições, determinar providências necessárias ao regular e efetivo cumprimento contratual, bem como anotar e enquadrar as infrações contratuais constatadas, comunicando as mesmas ao seu superior hierárquico.

6.1.4.4. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato por qualquer irregularidade verificada, inclusive resultante de imperfeições técnicas ou de qualidade inferior. A fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE, não exclui ou reduz a responsabilidade da CONTRATADA.

6.1.4.5. A Administração, devidamente representada na forma legal, poderá rejeitar no todo ou em parte o objeto contratado, sem ônus para o Órgão, se executado em desacordo com as especificações estabelecidas em Termo de Referência e seus anexos, bem como em contrato e na proposta comercial.

6.1.4.6. A CONTRATADA será a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos bens, sendo ao CONTRATANTE reservado o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização contratual, mediante servidores designados para este fim.

6.1.4.7. Os testes serão realizados para o Item 1 observando-se pelo menos:

- Presença mínima de 2 (dois) servidores do Censipam dispersos no CCG e nos Centros Regionais.
- O atendimento às especificações do **APÊNDICE I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**.

6.1.4.8. Após os requisitos acima atendidos, deverá ser formalizada em termo circunstanciado, referente a data efetiva de início da prestação dos serviços por meio de emissão do termo de recebimento provisório.

6.1.4.9. Conforme o modelo constante do **APÊNDICE VI - TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO**.

6.1.4.10. A CONTRATADA fica obrigada a executar todos os serviços, de acordo com o edital e sua proposta.

#### **6.1.5. Prazos, horários de fornecimento de bens ou prestação dos serviços - (IN01/2019, art 18, inciso I, alínea “a”)**

##### **6.1.5.1. Item 1 - Servidor de dados com garantia de 60 meses:**

- O prazo para a entrega deverá ocorrer em até 30 dias úteis após a assinatura do contrato respeitando-se o horário de funcionamento do Censipam, em dias úteis, das 8h às 18h, horário local;
- O prazo de entrega será contado a partir da assinatura do Contrato;
- A CONTRATANTE é responsável pela instalação do equipamento no rack.
- Deverá ser emitido o Termo de Recebimento Provisório em até 10 dias úteis após a verificação da configuração dos equipamentos entregues;
- A CONTRATANTE deverá emitir o Termo de Recebimento Definitivo e autorizar a emissão de Nota Fiscal do valor apurado ao preposto, em até 5 dias úteis após a emissão do Termo de Recebimento Provisório;
- A CONTRATADA deverá emitir a Nota Fiscal em até 10 dias úteis após autorização do Gestor do Contrato;
- O Fiscal Administrativo do Contrato deverá verificar a regularidades Fiscais, Trabalhistas e Previdenciárias;
- O Gestor do Contrato deverá encaminhar enviar o processo para liquidação e Pagamento; e
- A equipe de fiscalização do Contrato deverá emitir Termo de Encerramento Contratual após 60 meses a partir do início da garantia dos servidores.

##### **6.1.5.2. Item 2 - Serviço especializado para realizar a migração e transferência de conhecimento:**

- A CONTRATADA deverá apresentar o planejamento da migração e da transferência de conhecimento em até 10 dias úteis após a reunião inicial;
- A CONTRATANTE deverá, em até 10 dias úteis, ratificar/retificar o planejamento apresentado;
- Em até 10 dias úteis da realização da transferência de conhecimento deverá ser emitido o Termo de Recebimento Provisório;
- A transferência de conhecimento deverá ser realizada novamente pelo CONTRATANTE caso o nível de satisfação apurado seja inferior a 70% (setenta por cento).
- A transferência de conhecimento deverá respeitar o horário de funcionamento do Censipam, em dias úteis, das 8h às 18h, horário local, e poderá ser online.
- O término da migração deverá ocorrer em até 60 dias úteis após a entrega dos equipamentos;
- A CONTRATANTE deverá emitir o Termo de Recebimento Definitivo e autorizar a emissão de Nota Fiscal do valor apurado ao preposto, em até 5 dias úteis após o término da migração.
- A CONTRATADA deverá emitir a Nota Fiscal em até 10 dias úteis após autorização do Gestor do Contrato;
- O Fiscal Administrativo do Contrato deverá verificar a regularidades Fiscais, Trabalhistas e Previdenciárias; e
- O Gestor do Contrato deverá encaminhar enviar o processo para liquidação e Pagamento.

**6.1.5.3. Item 3 - licença CAL:**

- O fornecimento das licenças de CAL se dará com o envio do link de acesso para o endereço eletrônico [licenca@sipam.gov.br](mailto:licenca@sipam.gov.br), em no máximo 10 dias úteis a partir da reunião inicial;
- Em até 5 dias úteis do recebimento do link de acesso, a CONTRATADA deverá emitir o Termo de Recebimento Provisório;
- A CONTRATANTE deverá emitir o Termo de Recebimento Definitivo e autorizar a emissão de Nota Fiscal do valor apurado ao preposto, em até 5 dias úteis após a emissão do Termo de Recebimento Provisório;
- A CONTRATADA deverá emitir a Nota Fiscal em até 10 dias úteis após autorização do Gestor do Contrato;
- O Fiscal Administrativo do Contrato deverá verificar a regularidades Fiscais, Trabalhistas e Previdenciárias; e
- O Gestor do Contrato deverá encaminhar enviar o processo para liquidação e Pagamento.

**6.1.6. Locais de entrega, quando aplicáveis – (IN01/2019, art 18, inciso I, alínea “a”)**

6.1.6.1. Para o Item 1 da Tabela 1, a CONTRATADA deverá realizar a entrega, em horário comercial ( das 9h às 18h - horário local) na quantidade especificada dos servidores nas seguintes localidades:

Tabela 10 - Locais para Prestação do Serviço

Unidade	Endereço	Cidade	UF	QTD
Centro de Coordenação Geral - CCG	SPO, Área 5, quadra 3, bloco K, CEP: 70610-200.	Brasília	DF	02
Centro Regional de Manaus - MN	Avenida do Turismo, 1350, Tarumã, CEP: 69041 – 010.	Manaus	AM	02
Centro Regional de Belém - BE	Avenida Júlio Cesar, 7060, Bairro: Val-de-Cães, CEP: 66617-420.	Belém	PA	02
Centro Regional de Porto Velho - PV	Av. Lauro Sodré, 6500 Aeroporto, CEP: 76803-260.	Porto Velho	RO	02

6.1.6.2. O serviço de técnico deverá ser realizado nos oito servidores que estarão distribuídos em 04 localidades: Brasília, Belém, Porto Velho e Manaus, podendo ser realizado a partir de Brasília para as demais localidades de forma remota.

6.1.6.3. As licenças CAL, do item 3, deverão ser enviadas para o e-mail: [licenca@sipam.gov.br](mailto:licenca@sipam.gov.br), em sua totalidade.

**6.1.7. Documentação mínima exigida - (IN. 01/2019, art. 18, inciso I, alínea “b”)**

6.1.7.1. Todas as ocorrências relativas a execução e gestão contratual devem ser registradas no processo assim como as comunicações entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE.

6.1.7.2. Toda a documentação fornecida pela CONTRATADA deve ser elaborada, preferencialmente, em português do Brasil.

6.1.7.3. Conforme definido nas seguintes seções deste documento:

- "5 – MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO"
- "6 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO"

## 6.1.8. Papéis e responsabilidades por parte da contratante e da contratada

Tabela 11 - Papéis e Responsabilidades dos Atores.

Papéis	Formação	Resumo das atividades
Gestor do Contrato	Servidor com atribuições gerenciais, técnicas e operacionais, relacionadas ao processo de gestão do contrato.	<p>Promover reuniões de controle entre fiscais e representantes da CONTRATADA.</p> <p>Encaminhar pedidos de multas e sanções.</p> <p>Acompanhar a prestação de serviços da CONTRATADA</p> <p>Autorizar emissão de notas fiscais.</p> <p>Gerir o contrato.</p> <p>Acompanhar e avaliar fornecimento de bens e serviços.</p> <p>Gerir pagamentos.</p> <p>Gerenciar a execução dos chamados em garantia abertos.</p> <p>Encaminhar eventuais comunicações à CONTRATADA por intermédio do preposto.</p> <p>Observar as normas contidas neste Termo de Referência para a execução da gestão contratual.</p> <p>Observar as normas internas do Censipam para execução da gestão contratual</p>
Fiscal Técnico do Contrato	Servidor representante da Área de Tecnologia da Informação indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar tecnicamente o contrato.	<p>Confecção e abertura de chamados à CONTRATADA.</p> <p>Acompanhar a prestação de serviços da CONTRATADA</p> <p>Produzir pareceres técnicos sobre a execução do contrato.</p> <p>Avaliar a qualidade dos serviços prestados.</p>
Fiscal Requisitante do Contrato	Servidor representante da Área Requisitante da Solução, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o contrato do ponto de vista funcional.	<p>Confecção e assinatura das eventuais Ordens de Serviço, para fins de encaminhamento formal à CONTRATADA.</p> <p>Acompanhar a prestação de serviços da CONTRATADA</p> <p>Identificar problemas e apontar possíveis soluções.</p> <p>Produzir pareceres sobre a execução do contrato.</p> <p>Garantir a execução contratual.</p>

		Observar as normas contidas neste Termo de Referência para a execução da gestão contratual
Fiscal Administrativo do Contrato	Servidor representante da Área Administrativa, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos administrativos.	<p>Verificar aderência aos termos contratuais. Indicar termos não aderentes ao contrato e à legislação pertinente.</p> <p>Verificar regularidades fiscais, trabalhistas e previdenciárias em relação à CONTRATADA.</p> <p>Identificar problemas e apontar possíveis soluções.</p> <p>Garantir a execução contratual.</p> <p>Observar as normas contidas neste Termo de Referência para a execução da gestão contratual.</p>
Fiscal Setorial do Contrato	Servidor representante da Área Administrativa, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar setorialmente o contrato quanto aos aspectos administrativos e operacionais.	<p>Acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos Informar o Gestor do Contrato e/ou fiscais de ocorrências quanto a execução do contrato</p> <p>Abrir chamados junto a CONTRATADA</p> <p>Identificar problemas e apontar possíveis soluções.</p>
Preposto	Responsável pelo acompanhamento e contato entre CONTRATANTE e CONTRATADA, com capacidade técnica e operacional para recebimento de notificações e a apresentação de documentos.	<p>Supervisionar a prestação dos serviços e fornecimento de bens. Realizar reuniões periódicas com o CONTRATANTE.</p> <p>Elaborar e encaminhar os relatórios de serviços executados.</p> <p>Representar a CONTRATADA no acompanhamento da execução do Contrato.</p> <p>Receber e dar andamento a todas as comunicações recebidas do Gestor do Contrato em tempo hábil.</p> <p>Acompanhamento e realização do contrato.</p> <p>Providenciar a emissão das faturas para pagamento</p> <p>Emissão de relatórios de execução dos serviços de manutenção mensalmente</p>



### **6.1.9. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ATUALIZAÇÕES**

6.1.9.1. O suporte e assistência técnica dos produtos adquiridos deverá considerar todo período da contratação a partir da data da entrega dos equipamentos e deve contemplar a prestação dos seguintes serviços:

- Atualização de versão das licenças de software., por parte da Microsoft ;
- Substituição de peças danificadas, da Garantia on-site.

### **6.1.10. DOS PROCEDIMENTOS DE MIGRAÇÃO, TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO, E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO**

6.1.10.1. As atividades de transferência de conhecimento se darão por meio do Item 2, da Tabela 1, entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE onde os aspectos relevantes quanto a operacionalização e configuração devem ser repassados à CONTRATADA assim como a documentação em meio físico ou eletrônico, preferencialmente, em português do Brasil.

### **6.1.11. DOS PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO**

6.1.11.1. As atividades de transição contratual, quando aplicáveis, e de encerramento do contrato deverão observar:

- I - a existência de eventuais pendências ao encerramento do contrato;
- II - a manutenção dos recursos materiais e humanos necessários à continuidade do negócio por parte da Administração;
- III - a entrega de versões finais dos produtos e da documentação, quando aplicável;
- IV - a transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção da solução de TIC, quando aplicável;
- V - a devolução de recursos;
- VI - a revogação de perfis de acesso;
- VII - a eliminação de acessos ao SUPER.GOV.BR;
- VIII - a eliminação de caixas postais; e
- IX - outras que se apliquem.

6.1.11.2. O Gestor do Contrato, com base no Histórico de Gestão do Contrato e nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, deverá encaminhar à Área Administrativa, com pelo menos 60 (sessenta) dias de antecedência do término do contrato, a respectiva documentação para o aditamento.

6.1.11.3. Para efeito de encerramento contratual deverá ser emitido o Termo de Encerramento Contratual, conforme o modelo constante do **APÊNDICE V - TERMO DE ENCERRAMENTO CONTRATUAL**.

**6.2. QUANTIDADE MÍNIMA DE BENS OU SERVIÇOS PARA COMPARAÇÃO E CONTROLE - (IN. 01/2019, ART. 18, INCISO II)**

Tabela 12 - Quantidade Mínima de Bens e Serviços

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE
LOTE	1	<p>Servidor de dados com as seguintes configurações mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Tipo: Rack (a ser instalado em gabinete padrão rack 19 polegadas, 1U);</li> <li>• 1 Processador físico de 16 núcleos, arquitetura x86-64;</li> <li>• Memória RDIMM com, no mínimo, 32 GB DDR4 3.200 MHz, em dual-channel, com capacidade de expansão para 256 GB;</li> <li>• Interface Rede Lan: no mínimo 2;</li> <li>• 3 HDD, interface SATA com 2 TB de capacidade cada ;</li> <li>• 2 SSD SATA de, no mínimo, 128 GB cada;</li> <li>• Fonte Alimentação: Redundante (Swap/Hot Plug);</li> <li>• Sistema Operacional: com sistema operacional Windows Server 2022 Standard pré instalado (OEM);</li> <li>• Garantia On Site: com 60 meses de garantia com substituição de peças e atendimento para software (9X5).</li> </ul>	Unidade	8
	2	<p>Serviço técnico especializado para configuração, customização, transferência de conhecimento e migração dos serviços de Active Directory (AD), DNS , DHCP e WSUS do Microsoft Windows Server 2012R2 para Windows Server 2022.</p> <p>O serviço deverá ser realizado nos oito servidores que estarão distribuídos em 04 localidades: Brasília, Belém , Porto Velho e Manaus, podendo ser realizado a partir de Brasília para as demais localidades de forma remota.</p>	Unidade de serviço técnico	1
ITEM	3	Licença perpétua de CAL por usuário para Windows Server 2022	Unidade	589

**6.3. MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO - (IN. 01/2019, ART. 18, INCISO III)**

6.3.1. O mecanismo formal de comunicação entre o Censipam e a CONTRATADA se dará mediante emissão de correspondência (preferencialmente eletrônica) com os respectivos anexos, que venham a ser necessários para o eficaz entendimento da comunicação e sua formalização. Considera-se como documentos formais o ofício e as comunicações por correio eletrônico;

6.3.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar um preposto para manter o relacionamento com o Censipam, definindo as formas de integração das equipes.

6.3.3. O Gestor do contrato e o Preposto responderão sobre todas as questões referente ao contrato a ser firmado, procurando solucionar todos os problemas que se defrontarem, dentro dos limites legais e dentro da razoabilidade

6.3.4. Toda a comunicação entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE deve ser registrada no processo.

6.3.5. A CONTRATADA deverá disponibilizar para abertura de chamados: meio eletrônico ou telefone (0800 ou de custo local em Brasília, Manaus, Porto Velho e Belém) as suas expensas para solicitação de suporte técnico.

#### **6.4. MANUTENÇÃO DE SIGILO E NORMAS DE SEGURANÇA - (IN. 01/2019, ART. 18, INCISO V)**

6.4.1. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo CONTRATANTE a tais documentos.

6.4.2. A CONTRATADA e seus profissionais envolvidos no projeto deverão seguir os procedimentos e premissas de segurança envolvidos na entrega na prestação dos serviços, sem prejuízo das obrigações constantes neste Termo de Referência;

6.4.3. Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do Censipam ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços contratados, respeitando todos os critérios estabelecidos, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócios, documentos, entre outros pertinentes, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa.

6.4.4. Cumprir e garantir que seus profissionais estejam cientes, aderentes e obedeçam rigorosamente às normas e aos procedimentos estabelecidos na Política de Segurança da Informação (POSIN) do Ministério da Defesa e no Plano de Segurança Orgânica do Censipam.

6.4.5. Não veicular publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização do Censipam.

6.4.6. Manter sigilo de todas as informações a que tiveram acesso inclusive após o término da vigência contratual ou eventual rescisão.

6.4.7. O Termo de Compromisso (IN. 01/2019, art. 18, Inciso V, alínea “a”), contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da CONTRATADA, e Termo de Ciência (IN. 01/2019, art. 18, Inciso V, alínea “b”), a ser assinado por todos os empregados da CONTRATADA diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos APÊNDICE IV - MODELO DO TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DO SIGILO E TERMO DE CIÊNCIA.

## **7. Modelo de Gestão do Contrato**

### **7.1. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO - (IN. 01/2019, ART. 19, INCISO I)**

7.1.1. O fornecimento dos equipamentos do Item 1 serão avaliados, fiscalizados e aceitos se estiverem de acordo com as especificações contidas no APÊNDICE I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.

7.1.2. Os critérios de aceitação para os serviços do Item 2 pelos membros designados pelo Censipam para acompanhamento dos serviços, são:

a) para o repasse de conhecimentos - o nível de satisfação apurado por meio de questionário seja igual ou superior a 70% (setenta e um por cento)

b) configuração e migração de todos os objetos existentes no AD, WSUS, DHCP e DNS.

7.1.3. Os serviços do Item 3 serão aceitos após a realização dos testes de validade das licenças recebidas.

7.1.4. O Gestor do Contrato deverá dar o aceite dos bens fornecidos e serviços prestados, certificando formalmente que esses estejam de acordo com as especificações contidas nos anexos do APÊNDICE I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.

7.1.5. No caso de inconsistências observadas, o Gestor do Contrato deverá elaborar documento circunstanciado.

Tabela 13 - Critério de Aceitação

Etapa	Avaliação	Índice de referência
Fornecimento de equipamentos servidores (Item 1)	Especificações técnicas	- 100% de aderência de que todos os equipamentos propostos e entregues estejam conforme especificações técnicas do APÊNDICE I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.
	Situação dos equipamentos	- 100% dos equipamentos recebidos novos e em condições perfeitas de uso.
		- 100% dos equipamentos não contendo substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).
	Manutenção do contrato	- Sem apresentação de problemas operacionais ou de manutenção; e - Sem conclusão de chamados fora dos períodos de atendimento pactuados.
	Prazo de entrega	- 100% dos equipamentos entregues no prazo determinado por este TR; e - 100% de aderência aos prazos de entrega dos equipamentos.
Serviços (Item 2)	Execução da instalação, configuração e migração	- 100% de resultado satisfatório na execução dos serviços de instalação, configuração, migração do AD, DHCP, DNS e WSUS
	Avaliação do repasse de conhecimento	- Mínimo de 70% de satisfação por parte dos instruídos para não refazimento do repasse de conhecimento sem ônus para o CONTRATANTE.
Serviço de fornecimento de licenças (Item 3)	Especificações técnicas	- 100% de aderência das licenças fornecidas com a documentação e conforme as especificações técnicas; e - 100% de aderência aos prazos de entrega

7.1.7. Todos os eventos citados acima deverão, obrigatoriamente, ser documentados e registrados no processo pelos Fiscais Técnicos e Administrativos e pelo Gestor do Contrato.

7.1.8. Caso seja constatado o não cumprimento ou o cumprimento irregular de qualquer das condições previstas, o CONTRATANTE, por meio da equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato, lavrará relatório circunstanciado dirigido à Coordenação de Compras e Licitações (COLIC), que adotará as medidas cabíveis.

7.1.9. Não concluídos os serviços e/ou o fornecimento e a instalação dos equipamentos dentro do prazo previsto neste documento, o licitante vencedor estará sujeita as penalidades especificadas na seção **Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento** que deverá ser registrada em relatório a ser encaminhado pelo gestor do contrato.

## 7.2. PROCEDIMENTOS DE TESTE E INSPEÇÃO – (IN. 01/2019, ART. 19, INCISO II)

7.2.1. Listas de verificação / Roteiros de testes para o item 1- o procedimento se dará por meio dos seguintes

mecanismos: ● Conforme definições contidas na seção 6 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO.

- Conforme definições contidas nesta seção 7 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO .
- Conforme especificações contidas no APÊNDICE I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.
- Conforme lista de verificação dos requisitos técnicos contidas no ANEXO "A" - AO APÊNDICE I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.

7.2.2. Listas de verificação / Roteiros de testes para o item 2 - Mecanismos de implantação e acompanhamento dos indicadores estabelecidos:

- Conforme definido na seção 7.3. NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO EXIGIDOS.
- Conforme definições contidas na seção 6 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO.
- Conforme definições contidas nesta seção 7 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.
- Conforme resultado do questionário de avaliação do serviço de transferência de conhecimento contido no ANEXO "B" - AO APÊNDICE I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.

7.2.3. Listas de verificação / Roteiros de testes para o item 3 - Verificação e testes para recebimento, execução e gestão do contrato se dará de acordo com:

- definições contidas na seção 6 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO.
- definições contidas nesta seção 7 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.
- especificações contidas no APÊNDICE I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.
- De acordo com o roteiro de migração da Microsoft ( <https://learn.microsoft.com/pt-br/windows-server/get-started/upgrade-migrate-roles-features>)

#### 7.2.4. Inspeções e diligências

7.2.4.1. Não se aplica.

### 7.3. NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO EXIGIDOS - (IN. 01/2019. ART 19, INCISO I)

Tabela 14 - IPME

Indicador 01 - IPME – INDICADOR DE PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA	
Tópico	Descrição
Finalidade	Medir o prazo de entrega dos equipamento dos item 1
Meta a cumprir	IPME $\leq$ 30 para cada equipamento
Instrumento de medição	período contado entre a assinatura do contrato e a data de entrega efetiva dos item 1 nas localidades designadas
Periodicidade	No início do contrato
Mecanismo de Cálculo (métrica)	<p>IPME = DD - DAC</p> <p>onde:</p> <p>IPME - Resultado em nº de dias úteis</p> <p>DD - Data de disponibilização da solução</p> <p>DAC - Data de assinatura do Contrato</p>

Mecanismo de referência de cálculo da multa	$VM = VII * PM$ Onde VM = Valor Multa VII = Valor contratado para o item PM = Percentual da multa de mora
Observações	Obs1: Serão utilizados dias úteis na medição. Obs2: Não serão computados os dias de atraso quando estes forem ocasionados pelo CONTRATANTE ou em virtude de concessão de prorrogação autorizada pelo CONTRATANTE. Tais prazos deverão ser expressamente indicados pelo gestor do Contrato.
Início de Vigência	A partir da data de assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	Para: $30 < IPME \leq 45$ ; aplicar-se-á o percentual de glosa (PM) de 0,5% (meio por cento) para o cálculo do valor da multa (VM) Para: $46 < IPME \leq 90$ ; aplicar-se-á o percentual de glosa (PM) de 1% (um por cento) para o cálculo do valor da multa (VM) Para: $IPME > 90$ ; aplicar-se-á o percentual de glosa (PM) de 1,5% (um e meio por cento) para o cálculo do valor da multa (VM) e caracterização de inexecução parcial do contrato.

Tabela 15 - IICMRC

<b>Indicador 02 - IICMRC – INDICADOR DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, MIGRAÇÃO E REPASSE DE CONHECIMENTO</b>	
<b>Tópico</b>	<b>Descrição</b>
Finalidade	Medir o prazo de instalação, configuração, migração e repasse de conhecimento para o item 2.
Meta a cumprir	IICMRC $\leq$ 60 para os serviços de instalação, configuração, migração e repasse de conhecimento de cada equipamento adquirido
Instrumento de medição	período contado entre a data de entrega efetiva de cada equipamento dos item 1 nas localidades designadas e a emissão do termo de recebimento definitivo para o item 2
Periodicidade	logo após a instalação, configuração, migração e repasse de conhecimento- ao término da execução do serviço
Mecanismo de Cálculo (métrica)	<p>IICMRC = DD - DEE</p> <p>onde:</p> <p>IICMRC - Resultado em nº de dias úteis</p> <p>DD - Data de instalação, configuração e repasse de conhecimento do equipamento</p> <p>DEE - Data de entrega do equipamento</p>
Mecanismo de referencia de cálculo da multa	<p><math>VM = VI1 * PM</math></p> <p>Onde</p> <p>VM = Valor Multa</p> <p>VI1 = Valor contratado para o item</p> <p>PM = Percentual da multa de mora</p>
Observações	<p>Obs1: Serão utilizados dias corridos na medição.</p> <p>Obs2: Não serão computados os dias de atraso quando estes forem ocasionados pelo CONTRATANTE ou em virtude de concessão de prorrogação autorizada pelo CONTRATANTE. Tais prazos deverão ser expressamente indicados pelo gestor do Contrato.</p>
Início de Vigência	A partir da data de assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	<p>Para: <math>60 &lt; IICRC \leq 90</math>; aplicar-se-á o percentual de glosa (PM) de 0,5% (meio por cento) para o cálculo do valor da multa (VM)</p> <p>Para: <math>90 &lt; IICRC \leq 120</math>; aplicar-se-á o percentual de glosa (PM) de 1% (um por cento) para o cálculo do valor da multa (VM)</p> <p>Para: <math>IICRC &gt; 120</math>; aplicar-se-á o percentual de glosa (PM) de 2% (dois por cento) para o cálculo do valor da multa (VM) e caracterização de inexecução parcial do contrato.</p>

Tabela 16 - IPMEL

Indicador 03 - IPMEL – INDICADOR DE PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA DAS LICENÇAS	
Tópico	Descrição
Finalidade	Medir o prazo de entrega das licenças do item 3
Meta a cumprir	IPMEL <= 10 para a entrega das licenças
Instrumento de medição	período contado entre a assinatura do contrato e a data de entrega efetiva dos item 1 nas localidades designadas
Periodicidade	No início do contrato
Mecanismo de Cálculo (métrica)	<p>IPMEL = DD - DAC</p> <p>onde:</p> <p>IPMEL - Resultado em nº de dias úteis</p> <p>DD - Data de disponibilização da solução</p> <p>DAC - Data de assinatura do Contrato</p>
Mecanismo de referencia de cálculo da multa	<p>VM = VII * PM</p> <p>Onde</p> <p>VM = Valor Multa</p> <p>VII = Valor contratado para o item</p> <p>PM = Percentual da multa de mora</p>
Observações	<p>Obs1: Serão utilizados dias corridos na medição.</p> <p>Obs2: Não serão computados os dias de atraso quando estes forem ocasionados pelo CONTRATANTE ou em virtude de concessão de prorrogação autorizada pelo CONTRATANTE. Tais prazos deverão ser expressamente indicados pelo gestor do Contrato.</p>
Início de Vigência	A partir da data de assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	<p>Para: <math>11 &lt; IPMEL \leq 20</math>; aplicar-se-á o percentual de glosa (PM) de 0,5% (meio por cento) para o cálculo do valor da multa (VM)</p> <p>Para: <math>21 &lt; IPMEL \leq 30</math>; aplicar-se-á o percentual de glosa (PM) de 1% (um por cento) para o cálculo do valor da multa (VM)</p> <p>Para: <math>IPME &gt; 30</math>; aplicar-se-á o percentual de glosa (PM) de 1,5% (um e meio por cento) para o cálculo do valor da multa (VM) e caracterização de inexecução parcial do contrato.</p>



Tabela 17 - ITC

Indicador 05 – ITC - ÍNDICE DE TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Definir a necessidade ou não de reaplicação do repasse de conhecimento
Meta a cumprir	acima de 70% de satisfação dos instruídos
Instrumento de medição	Questionário de avaliação da satisfação do repasse de conhecimento
Forma de Acompanhamento	Verificação, pelo Fiscal do Contrato, se a apuração do percentual de satisfação dos relatórios preenchido 100% dos instruídos
Periodicidade	Na verificação do resultado dos questionários de satisfação
Mecanismo de Cálculo (métrica)	<p><b>ITC = (NIS / NTI) * 100</b></p> <p>Onde a verificação do percentual de satisfação dos instruídos se dá pela fórmula:</p> <p>(Instruídos satisfeitos / Total de instruídos) * 100</p>
Início de Vigência	Após a execução do repasse de conhecimento
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	<p>ITC &lt; 70% - O repasse de conhecimento deverá ser reaplicado sem ônus para o CONTRATANTE</p> <p>ITC &gt;= 70% - O repasse de conhecimento será dado por aceite</p>

### 7.3.1 – NÍVEIS DE SEVERIDADE

7.3.1.1. A CONTRATADA informará o número do chamado técnico no ato da comunicação efetuada pela equipe do Censipam, o qual servirá de referência para acompanhamento do chamado, inclusive após o encerramento do mesmo.

7.3.1.2. A prioridade de atendimento dos chamados será definida pelo CONTRATANTE .

7.3.1.3. O tempo do início de atendimento do chamado técnico deverá ser de acordo com a Tabela abaixo, tendo início da contagem a partir da hora de abertura do chamado.

7.3.1.4. Após o início do atendimento, a CONTRATADA deverá diagnosticar o problema e entregar o cronograma com a descrição dos procedimentos a serem adotados para a solução completa do incidente, não devendo ultrapassar os prazos estabelecidos na Tabela 20.

Tabela 19 - Classificação, Severidade, Prazo de Atendimento e de Solução de Chamados Abertos.

SEVERIDADE	CLASSIFICAÇÃO	PRAZOS PARA INÍCIO DO ATENDIMENTO ONLINE	PRAZOS PARA INÍCIO DO ATENDIMENTO ONLINE/PRESENCIAL	PRAZOS PARA DIAGNÓSTICO DO CHAMADO
1 – Crítico	Solução inoperante. O equipamento está indisponível	Em até 04 horas	Em até 24 horas	Em até 48 horas
2 – Urgente	Erros ou problemas recorrentes que impactam a operação da solução. Os serviços continuam disponíveis.	Em até 04 horas	Em até 48 horas	Em até 72 horas
3 – Rotina	Problemas contornáveis, não afetando a performance, serviço ou operação ou a função afetada, somente é utilizada eventualmente ou temporariamente	Em até 06 horas	Em até 72 horas	Em até 96 horas
4 – Programada	Destinados à implementação de procedimentos de melhorias e correções com vistas a prevenir a ocorrência de problemas, avaliação de ambiente, elaboração de diagnósticos e esclarecimento de dúvidas	Em até 24 horas	Em até 72 horas	Em até 120 horas

7.3.1.6. O não atendimento dos prazos acima será considerado como inexecução parcial do contrato.

7.3.1.7. O não atendimento dos prazos máximos definidos na Classificação, Severidade, Prazo de Atendimento e de Solução de Chamados por parte da CONTRATADA ensejará aplicação de sanções e multas, conforme as sanções administrativas, deste documento.

#### 7.4. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO - (IN. 01/2019. ART. 19, INCISO III e IV)

7.4.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- Comportar-se de modo inidôneo;
- Cometer fraude fiscal;

7.4.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- Advertência por escrito, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o CONTRATANTE;
- Multa:
  - Multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
  - Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
  - Multa compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

7.4.3. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

- Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar no âmbito do MINISTÉRIO DA DEFESA (MD), por até 2 (dois) anos;
- Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir o CONTRATANTE pelos prejuízos causados.

7.4.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

7.4.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

7.4.6. Não correrão os prazos processuais em desfavor da CONTRATADA em processo administrativo para aplicação das sanções deste item enquanto perdurar o estado de calamidade de que trata o Decreto Legislativo nº 6, de 2020, nos termos do art. 6º-C da Lei nº 13.979/20.

7.4.7. Caso o CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.4.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

7.4.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

7.4.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

7.4.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.4.12. O descumprimento das obrigações relacionadas com confidencialidade e segurança de dados, de informações e sistemas, mediante ações ou omissões, intencionais ou acidentais, que impliquem perda, destruição, inserção, cópia, acesso ou alterações indevidas, independentemente do meio no qual estejam armazenados, em que trafeguem ou do ambiente em que estejam sendo processados, determinará a responsabilização, na forma da lei, de seus dirigentes e funcionários envolvidos, sem prejuízo das sanções estabelecidas.

Tabela 20 - Glosas Aplicáveis

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Não comparecer injustificadamente à Reunião Inicial.	<b>Advertência.</b>  Em caso de reincidência, 0,1% sobre o valor total do Contrato.
2	Quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.	A Contratada ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais, e multa de 1% do valor da contratação.
3	Ter praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.	A Contratada será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração.
4	Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.	<b>Suspensão</b> temporária de 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
5	Não executar total ou parcialmente os serviços previstos no objeto da contratação.	<b>Suspensão</b> temporária de 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
6	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados, por até de 30 dias, sem comunicação formal ao gestor do Contrato.	<b>Multa</b> de 2% sobre o valor total do Contrato.  Em caso de reincidência, configura-se inexecução total do Contrato por parte da empresa, ensejando a rescisão contratual unilateral.
7	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados, por mais de 30 (trinta) dias, sem comunicação formal ao gestor do contrato.	Contratada será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.

8	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 72 horas úteis.	<p><b>Multa</b> de 1% sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pelo Contratante, até o limite de 10 dias úteis.</p> <p>Após o limite de 5 dias úteis, aplicar-se-á multa de 1% do valor total do Contrato.</p>
9	Provocar intencionalmente a indisponibilidade da prestação dos serviços quanto aos componentes de software (sistemas, portais, funcionalidades, banco de dados, programas, relatórios, consultas, etc).	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666, de 1993.
10	Permitir intencionalmente o funcionamento dos sistemas de modo adverso ao especificado na fase de levantamento de requisitos e às cláusulas contratuais, provocando prejuízo aos usuários dos serviços.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666, de 1993.
11	Comprometer intencionalmente a integridade, disponibilidade ou confiabilidade e autenticidade das bases de dados dos sistemas.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666, de 1993.
12	Comprometer intencionalmente o sigilo das informações armazenadas nos sistemas do contratante.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666, de 1993.
13	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	<p><b>Advertência.</b></p> <p>Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se <b>multa</b> de 5% do valor total do Contrato.</p>
14	Não atender ao indicador de nível de serviço <b>IPME – INDICADOR DE PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA</b>	<p>Para: <math>30 &lt; IPME \leq 45</math>; aplicar-se-á o percentual de glosa (PM) de 0,5% (meio por cento) para o cálculo do valor da multa (VM)</p> <p>Para: <math>46 &lt; IPME \leq 90</math>; aplicar-se-á o percentual de glosa (PM) de 1% (um por cento) para o cálculo do valor da multa (VM)</p> <p>Para: <math>IPME &gt; 90</math>; aplicar-se-á o percentual de glosa (PM) de 1,5% (um e meio por cento) para o cálculo do valor da multa (VM) e caracterização de inexecução parcial do contrato.</p>
15	Não atender ao indicador de nível de serviço <b>IICMRC – INDICADOR DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, MIGRAÇÃO E REPASSE DE CONHECIMENTO</b>	<p>Para: <math>60 &lt; IICRC \leq 90</math>; aplicar-se-á o percentual de glosa (PM) de 0,5% (meio por cento) para o cálculo do valor da multa (VM)</p> <p>Para: <math>90 &lt; IICRC \leq 120</math>; aplicar-se-á o percentual de glosa (PM) de 1% (um por cento) para o cálculo do valor da multa (VM)</p> <p>Para: <math>IICRC &gt; 120</math>; aplicar-se-á o percentual de glosa (PM) de 2% (dois por cento) para o cálculo do valor da multa (VM) e caracterização de inexecução parcial do contrato.</p>

16	Não atender ao indicador de nível de serviço - <b>IPMEL</b> - <b>INDICADOR DE PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA DAS LICENÇAS</b>	<p>Para: <math>11 &lt; \text{IPMEL} \leq 20</math>; aplicar-se-á o percentual de glosa (PM) de 0,5% (meio por cento) para o cálculo do valor da multa (VM)</p> <p>Para: <math>21 &lt; \text{IPMEL} \leq 30</math>; aplicar-se-á o percentual de glosa (PM) de 1% (um por cento) para o cálculo do valor da multa (VM)</p> <p>Para: <math>\text{IPMEL} &gt; 30</math>; aplicar-se-á o percentual de glosa (PM) de 1,5% (um e meio por cento) para o cálculo do valor da multa (VM) e caracterização de inexecução parcial do contrato.</p>

#### 7.5. DO PAGAMENTO - (IN. 01/2019, ART. 19, INCISO V)

7.5.1. O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

7.5.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do material/serviço, conforme este Termo de Referência.

7.5.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666/1993.

7.5.4. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.5.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão CONTRATANTE;
- o período de prestação dos serviços;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.5.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE;

7.5.7. Nos termos do Item 1, do Anexo VIII- A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

- não produziu os resultados acordados;
- deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

- deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.5.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.5.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

7.5.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.5.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.5.12. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

7.5.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.5.14. Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do CONTRATANTE.

7.5.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

7.5.16. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão CONTRATANTE, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

7.5.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = (6 / 100) / 365$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 8. Estimativa de Preço da Contratação

8.1. Conteúdo Sigiloso Justificativa: Conforme o Art. 15 do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, o custo estimado da contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, devido a uma variação alta de preços propostos pelos fornecedores na pesquisa de preços referente ao item 2. Portanto, o que se procura é pleitear que os licitantes apresentem as propostas conforme as suas condições e não com base no orçamento estimado apresentado pela



administração. O valor estimado foi obtido a partir de realização de pesquisa de preços realizada observando parâmetros contidos na Instrução Normativa nº 73 de 05 de agosto de 2020, e consta no documento Análise Crítica de Preços apensado ao processo, indicando a respectiva metodologia adotada, nos termos da IN SEGES/ME nº 73/2020. Tais informações terão disponibilização restrita apenas aos órgãos de controle externo e interno, até a finalização da fase de lances.

8.2. Foram realizadas pesquisas de preço em atenção à Instrução Normativa nº 73 de 5 de agosto de 2020 da SGD/ME, sendo os dados referentes a estas pesquisas dispostos no documento Análise Crítica da Pesquisa de Preços (6735574), em que se evidencia a aplicação dos parâmetros I, II, III e IV conforme a IN 73/2021 SGD/ME. Tais informações terão disponibilização restrita apenas aos órgãos de controle externo e interno, até a finalização da fase de lances.

## 9. Adequação Orçamentária

### 9.1. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - (IN. 01/2019, ART. 21, INCISO I)

9.1.1. A despesa decorrente da contratação do presente objeto ocorrerá à conta da dotação orçamentária conferida à manutenção do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM, para o exercício de 2023, sob a seguinte classificação contábil e orçamentária:

- a. Programa **6011 – Cooperação para o Desenvolvimento Nacional;**
- b. Ação Orçamentária: **20X4 – Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM;**
- c. Fonte: **100;**
- d. Plano Orçamentário (PO): **0004 – Telecomunicação Crítica, Tecnologia da Informação e Sensores;**
- e. Programa de Trabalho Resumido (PTRES): **168629;**
- f. Natureza da Despesa:

Tabela 21 - Adequação Orçamentária

ITEM	DESCRIÇÃO	NATUREZA DA DESPESA
1	Servidor	44.90.52.35
2	Serviço técnico especializado	44.90.35.04
3	Licença de CAL	33.90.40.06

- g. Código do PTA/2023: **225/23-** Aquisição de servidores Windows.

### 9.2. Cronograma de Execução Físico-Financeiro - (IN. 01/2019, art. 21, inciso II)

9.2.1. De acordo com o Acórdão TCU 2856/2019 Primeira Câmara, o pagamento só será realizado após efetivo uso dos produtos licenciados. Não será realizado pagamento antecipado.

Tabela 22 - Cronograma de Execução

Etapa	Prazo	% de desembolso 2023
<p>Servidor de dados com as seguintes configurações mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Tipo: Rack (a ser instalado em gabinete padrão rack 19 polegadas, 1U);</li> <li>• 1 Processador físico de 16 núcleos, arquitetura x86-64;</li> <li>• Memória RDIMM com, no mínimo, 32 GB DDR4 3.200 MHz, em dual-channel, com capacidade de expansão para 256 GB;</li> <li>• Interface Rede Lan: no mínimo 2;</li> <li>• 3 HDD, interface SATA com 2 TB de capacidade cada ;</li> <li>• 2 SSD SATA de, no mínimo, 128 GB cada;</li> <li>• Fonte Alimentação: Redundante (Swap/Hot Plug);</li> <li>• Sistema Operacional: <b>com sistema operacional Windows Server 2022 Standard pré instalado (OEM)</b>;</li> <li>• Garantia On Site: com 60 meses de garantia com substituição de peças e atendimento para software (9X5).</li> </ul>	Em até 30 dias para realização da entregas dos equipamentos em todos os Centros	100%
<p>Serviço técnico especializado para configuração, customização, transferência de conhecimento e migração dos serviços de Active Directory (AD), DNS , DHCP e WSUS do Microsoft Windows Server 2012R2 para Windows Server 2022.</p> <p>O serviço deverá ser realizado nos oito servidores que estarão distribuídos em 04 localidades: Brasília, Belém , Porto Velho e Manaus, podendo ser realizado a partir de Brasília para as demais localidades de forma remota.</p>	Em até 60 dias após a entrega dos equipamentos servidores	100%
Licença perpétua de CAL por usuário para Windows Server 2022	Em até 10 dias após a execução e aceite do repasse de conhecimento	100%

## 10. Da Vigência do Contrato

10.1. O contrato vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, limitados a 60 (sessenta) meses, desde que aja preços e condições mais vantajosas para a Administração, nos termos do Inciso II, Art. 57, da Lei nº 8.666/1993.

10.2. A prorrogação do contrato dependerá da verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, acompanhada de a realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantajosidade dos preços contratados para a Administração.

10.3. Em relação ao licenciamento de uso de software ("utilização de programas de informática"), o contrato vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, limitados ao prazo de até 48 (quarenta e oito) meses, desde que haja preços e condições mais vantajosas para a Administração, nos termos na forma do art. 57, IV, da Lei nº 8.666/1993.

10.4. A prorrogação do contrato dependerá da verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, acompanhada de a realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantajosidade dos preços contratados para a Administração.

## 11. Do reajuste de preços

11.1. O reajuste do contrato será realizado pelo Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI.

11.2. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.3. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 12. Dos Critérios de Seleção do Fornecedor

### 12.1. REGIME, TIPO E MODALIDADE DA LICITAÇÃO

12.1.1. Para os itens 1 e 2 o regime de execução do contrato será o de empreitada por menor preço do grupo e o 3 pelo menor preço do item em razão de a liquidação de despesas não envolver a medição unitária dos quantitativos de cada serviço na planilha orçamentária, nos termos do Art. 6º, inciso XXIX, da Lei nº 8.666/93.

12.1.3. A fundamentação pauta-se na premissa que a contratação de bens e serviços baseia-se em padrões de desempenho e qualidade claramente definidos no Termo de Referência, havendo diversos fornecedores capazes de prestá-los. Caracterizando-se como “serviço comum” conforme Art. 9º, §2º do Decreto 7.174/2010.

12.1.4. O tipo e critério de julgamento da licitação é o menor preço do grupo e menor preço do item para a seleção da proposta mais vantajosa, utilizado para compras e serviços de modo geral e para contratação de bens e serviços de informática.

12.1.5. De acordo com o Art. 5º, do Decreto nº 10.024/2019, esta licitação deve ser realizada na modalidade Pregão Eletrônico, preferencialmente, na sua forma eletrônica, com julgamento pelo critério de menor preço.

### 12.2. JUSTIFICATIVA PARA A APLICAÇÃO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA E MARGENS DE PREFERÊNCIA

12.2.1. Nos termos da legislação vigente, quando aplicável, conforme previsão em EDITAL, nas aquisições de bens e serviços de informática e automação definidos pela Lei nº 8.248, de 1991, será assegurado o direito de preferência conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º, do Decreto nº 7.174, de 2010, e nos art. 44 e 45, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Sendo que os licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação. **Destaca-se que a aplicação desse critério e direito ocorre de forma automática no sistema Compras Governamentais.**

### 12.3 CRITÉRIOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA A HABILITAÇÃO - (IN. 01/2019, ART. 23, INCISO IV)

12.3.1. A licitante proponente deverá apresentar proposta de acordo com o modelo constante no APÊNDICE VIII - MODELO DE PROPOSTA. Sendo que para o Item 1, deverá também preencher ao questionário anexo, de preenchimento obrigatório, onde o licitante proponente ateste que o equipamento entregue atende a todas as especificações do equipamento constante do APÊNDICE I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.

12.3.2. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

12.3.3. A Licitante deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante

- Já ter fornecido pelo menos, 50% da quantidade requerida, de equipamentos similares aos especificados neste documento, para os quais a proposta for formulada.
- Para a comprovação de fornecimento de pelo menos 50% da quantidade requerida poderá ser aceito o somatório de atestados.
- No atestado deverão constar, no mínimo, as seguintes informações:
  - CNPJ da licitante;
  - Indicação do número do empenho que originou a contratação e/ou da nota fiscal de serviço;

- Relatório dos bens fornecidos; e
- Nome completo, telefone e assinatura do responsável pela sua emissão.

12.3.3. A não apresentação do documento acima ensejará na desclassificação da proponente.

## 1. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**RAQUEL MARTINS CASTILHO**

Integrante Técnico



*Assinou eletronicamente em 30/11/2023 às 09:53:40.*

**JOSE DE PAULA RODRIGUES NETO ASSIS**

Integrante Requisitante



*Assinou eletronicamente em 30/11/2023 às 14:43:09.*

**ISAAC MOREIRA DE OLIVEIRA**

Integrante Administrativo



*Assinou eletronicamente em 01/12/2023 às 15:36:00.*

**FRANCISCO ENEDELSON PASSOS DA MACENO**

Coordenador Geral de TI



*Assinou eletronicamente em 30/11/2023 às 11:47:17.*



## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - An1\_Espec.pdf (122.42 KB)
- Anexo II - An2\_preposto.pdf (65.32 KB)
- Anexo III - An3\_Super.pdf (71.96 KB)
- Anexo IV - An4\_TCMS.pdf (107.34 KB)
- Anexo V - An5\_Enc.pdf (89.92 KB)
- Anexo VI - An6\_TRP.pdf (82.37 KB)
- Anexo VII - An7\_TRD.pdf (95.76 KB)
- Anexo VIII - An8\_proposta.pdf (142.42 KB)

**Anexo I - An1\_Espec.pdf**

## ANEXO I

### ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

#### ITEM 1

Servidor de dados com as seguintes características mínimas:

##### 1.1. GABINETE

- Tipo: Rack ;
- Gabinete para instalação em rack de 19" através de sistema de trilhos deslizantes;
- Altura: 1U;
- Deve possuir botão liga/desliga com proteção para prevenir o desligamento acidental;
- Possuir display ou leds embutido no painel frontal do gabinete para exibição de alertas de funcionamento dos componentes internos, tais como :falhas de processador, memória RAM, fontes de alimentação, disco rígido e ventilador;
- Deverá ser entregue junto com o servidor, um kit de fixação para rack, do tipo retrátil, permitindo o deslizamento do servidor a fim de facilitar sua manutenção;
- Possuir projeto tool-less, ou seja, não necessita de ferramentas para abertura do gabinete e instalação/desinstalação de placas de expansão;
- Deve possuir sistema de ventilação redundante e hot-pluggable para que a CPU suporte a configuração máxima e dentro dos limites de temperatura adequados para o perfeito funcionamento do equipamento, e que permita a substituição mesmo com o equipamento em funcionamento.

##### 1.2. FONTE DE ALIMENTAÇÃO

- Mínimo de 2 (duas) fontes, suportando o funcionamento do equipamento na configuração ofertada mesmo em caso de falha de uma das fontes (Swap/Hot Plug);
- As fontes deverão ser redundantes e hot-pluggable permitindo a substituição de qualquer uma das fontes em caso de falha sem parada ou comprometimento do funcionamento do equipamento;
- As fontes de alimentação devem possuir certificação 80Plus, para garantir que a fonte entregue um valor mínimo da energia dentro da capacidade anunciada, pelo menos na categoria GOLD;
- A fonte deve ter potência de 750 watts, no mínimo;
- As fontes devem possuir tensão de entrada de, no mínimo, 100VAC a 240VAC a 60Hz, com ajuste automático de tensão;
- Deverá acompanhar cabo de alimentação para cada fonte de alimentação fornecida.

##### 1.3. PROCESSADOR

- Equipado com 1 (um) processadores de 16 (dezesseis) núcleos, com arquitetura x86-64;
- O processador deverá ser da última de geração do fabricante;
- Deverá implementar mecanismos de gerenciamento do consumo de energia compatível com o padrão ACPI v4.0 ou superior.

##### 1.4. MEMÓRIA RAM



- Módulos de memória RAM tipo DDR4 RDIMM(Registered DIMM) ou superior, com tecnologia de correção ECC (Error Correcting Code) e velocidade de, no mínimo, 3.200 MHz em 02 módulos de 16 GB, em dual-channel;
- Capacidade de expansão para 256 GB ou superior;

#### 1.5. CIRCUITOS INTEGRADOS (CHIPSET) E PLACA MÃE

- O chipset deve ser da mesma marca do fabricante do processador;
- Possuir, no mínimo, 2 (dois) slots PCI;
- Placa mãe da mesma marca do fabricante do equipamento, desenvolvida para o modelo de servidor ofertado.

#### 1.6. CONTROLADORA DE VÍDEO

- Pode ser do tipo on board (integrado na placa mãe) ou placa de vídeo PCI ou PCI express;
- Barramento compatível: PCI ou PCI Express.

#### 1.7. BIOS E SEGURANÇA

- BIOS desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ou ter direitos copyright sobre essa BIOS, comprovados através de declaração fornecida pelo fabricante do equipamento, não sendo aceitas soluções em regime de OEM ou customizadas;
- Deve ser compatível com padrão System Management BIOS (SMBIOS) ou UEFI na versão 2.5 ou superior;
- A BIOS deve possuir o número de série do equipamento e campo editável que permita inserir identificação customizada podendo ser consultada por software de gerenciamento, como número de propriedade e de serviço;
- A BIOS deve possuir opção de criação de senha de acesso, senha de administrador ao sistema de configuração do equipamento;
- Deve ser atualizável por software;
- As atualizações de BIOS/UEFI devem possuir (assinatura) autenticação criptográfica segundo as especificações NIST SP800-147B;
- Deve possuir funcionalidade de recuperação de estado da BIOS a uma versão anterior gravada em área de memória exclusiva e destinada a este fim, de modo a garantir recuperação em caso de eventuais falhas em atualizações ou incidentes de segurança.

#### 1.8. PORTAS DE COMUNICAÇÃO

- Todos os conectores das portas de entrada/saída devem ser identificados pelos nomes ou símbolos;
- Possuir no mínimo 03 (quatro) interfaces USB sendo, no mínimo 1 (uma) destas interfaces no padrão 3.0 e pelo menos 01 (uma) interfaces na parte frontal;
- Possuir, no mínimo, 1 (uma) portas de vídeo padrão VGA (DB-15).

#### 1.9. INTERFACE DE REDE

- Interface Rede Lan: no mínimo 2;
- Velocidade de 1 GbE;
- Possuir tecnologia TOE ou LSO/TSO para otimização do processamento TCP/IP;
- Suportar Receive Side Scaling (RSS);
- Suportar Load Balancing, Jumbo Frames e Link aggregation;

- O equipamento deve possuir interface de rede dedicada para gerenciamento que suporte nativamente a atribuição de endereçamento IP dinâmico.

#### 1.10. CONTROLADORA RAID

- Controladora RAID, compatível com discos rígido padrão SATA;
- Memória cache de no mínimo, 8GB (oito gigabytes) sendo que esta quantidade total poderá ser atendida através de uma ou no máximo duas placas instaladas no servidor;
- Suportar e implementar RAID 0, 1, 5;
- Permita detecção e recuperação automática de falhas e reconstrução, também de forma automática, dos volumes de RAID sem impacto para as aplicações e sem necessidade de reiniciar o equipamento;
- Suporte a recursos de hot swap para as unidades de disco rígido;
- Suportar implementação de disco Global Hot-spare; e
- Suportar Self-Monitoring Analysis and Reporting Technology (SMART).

#### 1.11. ARMAZENAMENTO

- Armazenamento bruto (raw) composto por, no mínimo, 03 (três) unidades de discos tipo SATA com 2 TB de capacidade cada;
- Deve ser do tipo hot plug e hot swap, que permita sua substituição sem necessidade de desligar o equipamento, garantindo a continuidade das operações sem impacto para as aplicações;
- Não serão aceitos discos em gabinetes externos ao servidor;
- Compatível com a controladora RAID descrita acima;
- Possuir 2 (dois) SSD SATA de, no mínimo, 128 GB cada;

#### 1.12. SISTEMA OPERACIONAL

- O servidor deverá ser ofertado com sistema operacional Windows Server 2022 Standard pré instalado (OEM);
- O fabricante deve disponibilizar na sua respectiva web site, download gratuito de todos os Drivers dos dispositivos, BIOS e Firmwares para o equipamento ofertado;
- O modelo do equipamento ofertado deverá suportar o sistema operacional Windows Server 2022 ou superior. Esse item deverá ser comprovado através do HCL (Hardware Compatibility List) da Microsoft no link: <http://www.windowsservercatalog.com>.

#### 1.13. GERENCIAMENTO E INVENTÁRIO

- O equipamento deve possuir solução de gerenciamento do próprio fabricante através de recursos de hardware e software com capacidade de prover as seguintes funcionalidades:

Possuir software de gerência, com capacidade de gerenciamento remoto de um único equipamento (1:1) e vários equipamentos (1:N);

- Permitir o monitoramento remoto, das condições de funcionamento dos equipamentos e seus componentes, tais como: processadores, memória RAM, controladora RAID, discos, fontes de alimentação, NICs e ventiladores;

- Permitir a instalação, update e configuração remota de sistemas operacionais, drivers e firmwares, através de solução de deployment compatível com a solução ofertada;

#### 1.14. SEGURANÇA

- O equipamento deve possuir firmware com assinatura criptografada;
- O equipamento deve permitir a criptografia de dados em repouso (SEDs com gerenciamento de chaves locais ou externas);
- Permitir a inicialização segura;
- Permitir o apagamento seguro.

#### 1.15. DIVERSOS

- Garantia On Site: com 60 meses de garantia com substituição de peças (9X5).
- Apresentar declaração do fabricante informando que todos os componentes do objeto são novos (sem uso, reforma ou recondicionamento) e que não estão fora de linha de fabricação;
- A versão do software do produto ofertado pela Empresa Licitante deverá estar sendo comercializadas normalmente através dos canais de venda do fabricante no Brasil.
- Suportar autenticação local e através de integração com MS Active Directory;
- O fabricante do produto deverá possuir suporte técnico/representante/fornecedor para atendimento em território nacional (Brasil), em idioma Português/BR, para a versão/modelo ofertado pela Empresa CONTRATADA.
- Manuais técnicos do usuário e de referência, originais, em português do Brasil ou inglês, contendo as informações sobre os produtos/serviços e suas funcionalidades com as instruções para instalação, configuração, operação das funcionalidades e administração do produto, confeccionados pelo fabricante, podendo ser em meio físico ou digital. Este item será considerado atendido se houver a disponibilização para download dos manuais citados em site do fabricante ou fornecedor.
- Todos os softwares ou drivers para uso do serviço contratado devem estar disponíveis para download no site do fabricante ou fornecedor.
- Todos acessórios para instalação para Instalação no rack 19U (cabos, parafusos, arruelas, etc ) deverão entregues pela CONTRATADA.

### ITEM 2

Serviço técnico especializado para realização dos seguintes serviços:

- Configuração do servidor para os serviços Active Directory (AD), DNS, DHCP e WSUS;
- Customização do serviços para atender as necessidades do Censipam;
- Migração do serviço de Active Directory (AD), DNS , DHCP e WSUS do Microsoft Windows Server 2012R2 para Windows Server 2022, nos 04 centros: Brasília, Belém, Porto Velho e Manaus;
- Transferência de conhecimento.

### OBSERVAÇÕES GERAIS

- A transferência de conhecimento poderá ser realizada de forma on line e deverá abordar, no mínimo, os seguintes tópicos:

- Configurações básicas, administração do Active Directory (AD), políticas de grupo (GPO) , Segurança, WSUS, Auditoria, Servidor de arquivos , Servidor DNS, DHCP, IIS;
- A transferência de conhecimento deverá ocorrer em português;
- Deverá ser entregue uma apostila em idioma português Brasil.

### **ITEM 3**

- As licenças de CAL por usuário dever ser para uso no Windows Server 2022;
- As licenças de CAL devem ser para uso governamental; e
- As licenças devem para uso perpétuo.

### **OBSERVAÇÕES TÉCNICAS GERAIS**

A CONTRATADA deverá ser autorizada a fornecer o item em questão, comprovando que a fornecedora está apta a operacionalizar e comercializar os produtos da Microsoft.

## APÊNDICE A

### ANEXO I

Item			Observações
GABINETE	O gabinete é tipo rack?	sim não	
	O gabinete é para instalação em rack de 19” através de sistema de trilhos deslizantes?	sim não	
	A altura do gabinete é 1U?	sim não	
	Existe Botão liga/desliga com proteção para prevenir o desligamento acidental?	sim não	
	Existe display ou leds embutido no painel frontal do gabinete para exibição de alertas de funcionamento?	sim não	
	Há kit de fixação para rack, do tipo retrátil?	sim não	
	É tool-less?	sim não	
FONTE DE ALIMENTAÇÃO	O sistema de ventilação redundante e hot-pluggable?	sim não	
	As fontes são redundantes e hot-pluggable?	sim não	
	Possui certificação 80Plus?		
	Qual categoria (mínima aceita GOLD)?		
	Qual a potência das fontes ( mínimo de 750 watts)?		
	Qual a tensão de entrada?		
	Possui cabo de alimentação para cada fonte de alimentação?	sim não	
PROCESSADOR	Possui 1 processador com, pelo menos, 16 (dezesesseis) núcleos, com arquitetura x86-64?	sim não	

	O processador é da última de geração do fabricante?	sim	
		não	
	Há mecanismos de gerenciamento do consumo de energia compatível com o padrão ACPI v4.0 ou superior?	sim	
		não	
MEMÓRIA RAM	Qual o tipo de memória?		
	Possui capacidade de expansão para 256 GB ou superior?	sim	
CIRCUITOS INTEGRADOS (CHIPSET) E PLACA MÃE		não	
	O chipset é da mesma marca do fabricante do processador?		
	Possuir, no mínimo, 2 (dois) slots PCI?		
CONTROLADORA DE VÍDEO	A placa mãe é da mesma marca do fabricante do equipamento?		
	Qual o tipo da controladora de vídeo?		
BIOS	É compatível com barramento PCI ou PCI Express?	sim	
		não	
	A BIOS desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento?		
	A BIOS é compatível com padrão System Management BIOS (SMBIOS) ou UEFI na versão 2.5 ou superior	sim	
		não	
	A BIOS possui o número de série do equipamento e campo editável que permita inserir identificação customizada ?	sim	
PORTAS DE COMUNICAÇÃO		não	
	A BIOS possui opção de criação de senha de acesso, senha de administrador ao sistema de configuração do equipamento?	sim	
		não	
	A BIOS é atualizável por software?	sim	
P		não	
	Os conectores das portas de entrada/saída são identificados pelos nomes ou símbolos?	sim	
		não	
	Possui no mínimo 03 (quatro) interfaces USB sendo, no mínimo 1 (uma) destas interfaces no padrão 3.0 e pelo menos 01 (uma) interfaces na parte frontal?	sim	
		não	
		Quantas? __-	
	Possui pelo menos 1 (uma) portas de vídeo padrão	sim	

	VGA (DB-15)	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	
INTERFACE DE REDE	Possui quantas interfaces de rede?		
	Qual a velocidade da interface?		
	Suporta nativamente a atribuição de endereçamento IP dinâmico?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
CONTROLADORA RAID	A Controladora RAID é compatível com discos rígido padrão SATA?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
	A memória cache é de no mínimo, 8 GB (oito gigabytes) (sendo que esta quantidade total poderá ser atendida através de uma ou no máximo duas placas instaladas no servidor)?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
	Suporta a implementação de RAID 0,1,5?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
	Permite detecção e recuperação automática de falhas e reconstrução, também de forma automática, dos volumes de RAID sem impacto para as aplicações e sem necessidade de reiniciar o equipamento?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
	Suporta a recursos de hot swap para as unidades de disco rígido?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
	Suporta implementação de disco Global Hot-spare?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
	Suporta Self-Monitoring Analysis and Reporting Technology (SMART)?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
ARMAZENAMENTO	Suporta Self-Monitoring Analysis and Reporting Technology (SMART)?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
	O HDD é do tipo hot plug e hot swap que permita sua substituição sem necessidade de desligar o equipamento, garantindo a continuidade das operações sem impacto para as aplicações;	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
	Os discos são internos ao gabinetes?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
	É compatível com a controladora RAID descrita	<input type="checkbox"/> sim	

	acima?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
	Possui 2 (dois) SSD SATA de, no mínimo, 128 GB cada;	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
SISTEMA OPERACIONAL	Possui sistema operacional Windows Server 2022 Standard pré instalado (OEM)?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
	O fabricante disponibiliza no site, download gratuito de todos os Drivers dos dispositivos, BIOS e Firmwares para o equipamento ofertado?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
	O modelo do equipamento suporta o sistema operacional Windows Server 2022 ou superior.	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
GERENCIAMENTO E INVENTÁRIO	Possui software de gerência, com capacidade de gerenciamento remoto de um único equipamento (1:1) e vários equipamentos (1:N)?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
	Permite monitoramento remoto, das condições de funcionamento dos equipamentos e seus componentes?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
	Permite a instalação, update e configuração remota de sistemas operacionais, drivers e firmwares?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
SEGURANÇA	Possui firmware com assinatura criptografada?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
	Permite criptografia de dados em repouso (SEDs com gerenciamento de chaves locais ou externas)?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
	Permite inicialização segura?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
DIVERSOS	A garantia é On Site com 60 meses com substituição de peças e atendimento nos locais de instalação (9X5)	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
	O fabricante apresentou declaração informando que todos os componentes do objeto são novos (sem uso, reforma ou recondicionamento) e que não estão fora de linha de fabricação?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
	A versão do software do produto está sendo comercializadas normalmente através dos canais de venda do fabricante no Brasil?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	







**Anexo II - An2\_preposto.pdf**

## ANEXO II

### MODELO APRESENTAÇÃO PREPOSTO

Ao CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA  
AMAZÔNIA

Comissão Permanente de Licitação

Processo de Licitação Nº \_\_\_\_\_

Prezado(a) Senhor(a),

Eu, \_\_\_\_\_,  
CPF/Passaporte nº \_\_\_\_\_, em conformidade com os termos do Processo  
de Licitação mencionado, reconheço o/a Sr./Sra. \_\_\_\_\_  
, como nosso/a representante legal, identificado/a pelo documento de  
identificação Nº \_\_\_\_\_, a quem atribuímos os mais amplos poderes, inclusive a  
interposição de recursos, quando aplicável, bem como comprometer, desistir, assinar  
documentos e atas e realizar todos os outros atos nesta Licitação.

Declaro também o pleno conhecimento de todos os aspectos relativos a este Processo de  
Licitação.

Encontra-se, em anexo, cópia de meu documento de identidade/passaporte válido.

\_\_\_\_\_  
Nome completo da Autoridade que assina  
Identificação do LICITANTE

CARIMBO DA EMPRESA COM CNPJ  
dispensado em caso de papel timbrado c/ CNPJ)

>>>> Favor apresentar um documento de identidade ou Passaporte original válido do  
Representante Legal junto com este documento <<<<

OBS: A licitante é inteiramente responsável pelas informações prestadas através deste  
documento.

**Anexo III - An3\_Super.pdf**

**ANEXO III**  
**FORMULÁRIO DE CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO**  
**CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO NO SISTEMA ÚNICO DE PROCESSO**  
**ELETRÔNICO EM REDE (SUPERGOV.BR)**

Nome completo e sem abreviaturas:	
Registro Geral (Identidade):	Órgão Expedidor:
CPF:	Telefones com DDD: ( )
Endereço eletrônico (e-mail):	

**DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA E VERACIDADE**

1. Declaro aceitar os termos e condições que regem o processo eletrônico, previstos no Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (login e senha) e tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas, as quais serão passíveis de apuração de responsabilidade civil, penal e administrativa.

2. Declaro, ainda, que são de minha exclusiva responsabilidade:

I. O sigilo da senha de acesso, não sendo oponível, em qualquer hipótese, alegação de uso indevido;

II. A conformidade entre os dados informados no formulário eletrônico de usuário externo - SuperGOV.BR/MD e os constantes dos documentos particulares apresentados, incluindo o preenchimento dos campos obrigatórios e a anexação dos documentos essenciais e complementares;

III. A conservação dos originais em papel de documentos digitalizados, enviados por meio convencional, até que decaia o direito da Administração Pública de rever os atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados ao Censipam para qualquer tipo de conferência;

IV. A assinatura, por meio eletrônico, dos documentos disponibilizados pelo sistema, sempre que solicitado;

V. A realização por meio eletrônico dos atos e comunicações processuais, além da apresentada na alínea IV, de acompanhar o trâmite do processo, receber ofícios e notificações e acompanhar no sítio eletrônico do Ministério da Defesa, na internet, as informações referentes ao SuperGOV.BR/MD.

VI. A observância de que os atos processuais em meio eletrônico se consideram realizados no dia e na hora do recebimento pelo SuperGOV.BR/MD, considerando-se tempestivos os atos praticados até às 23 horas e 59 minutos e 59 segundos do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília/DF, independente do fuso horário em que se encontre o usuário externo.

VII. A consulta periódica ao SuperGOV.BR/MD, a fim de verificar o recebimento de intimações, considerando-se realizadas na data em que efetuar sua consulta no sistema;

IX. As condições de minha rede de comunicação, o acesso ao provedor de internet e a configuração do computador utilizado nas transmissões eletrônicas; e

X. A observância dos períodos de manutenção programada, ou qualquer outro tipo de indisponibilidade do sistema.

3. Para que este cadastro seja aprovado, devo apresentar ao Censipam, juntamente com o presente Termo assinado, as cópias dos seguintes documentos:

- Carteira de identidade (RG);
- CPF;
- Comprovante de endereço residencial (conta de Água, Luz, Gás ou Telefone no nome do interessado, correspondente ao último mês);
- Última alteração contratual e/ou procuração com poderes legais de representação registrada em cartório.

4. Tenho ciência que, sendo declarado vencedor do certame licitatório, deverei realizar o cadastro eletrônico de usuário externo no site do SuperGOV.BR/MD, disponível em: [https://super.defesa.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=usuario\\_externo\\_logar&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0) antes do momento da assinatura do contrato e aguardar a aprovação do cadastro.

Brasília, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Nome Legível  
Assinatura conforme documento com foto Apresentado

**Anexo IV - An4\_TCMS.pdf**



## **Anexo IV**

### **Modelo do Termo de Compromisso de Manutenção do Sigilo e do Termo de Ciência**

#### **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DO SIGILO (MODELO)**

O CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA – Censipam, vinculado ao Ministério da Defesa, Tecnologia e Inovação – MCTI, com Inscrição no CNPJ/MJ sob nº 07.129.796/00001-26, com sede no Setor Policial, Área Especial 5, Quadra 3, Bloco “K”, na cidade de Brasília/DF, CEP 70610-200, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a , sediada em , CNPJ n.º , doravante denominada CONTRATADA; CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º XX/20XX doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE; CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção; CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE; Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **Cláusula Primeira – DO OBJETO**

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, disponibilizadas pela CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18/11/2011 e os Decretos 7.724, de 16/05/2012 e 7.845, de 14/11/2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

#### **Cláusula Segunda – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES**

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

**INFORMAÇÃO:** dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

**INFORMAÇÃO SIGILOSA:** aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

**CONTRATO PRINCIPAL:** contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

### **Cláusula Terceira – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA**

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

### **Cláusula Quarta – DOS LIMITES DO SIGILO**

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I- Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;

II- Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III- Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

### **Cláusula Quinta – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES**

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

**Parágrafo Primeiro** – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE.

**Parágrafo Segundo** – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do

CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I- A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

**Parágrafo Terceiro** – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por Escrito pela CONTRATANTE.

**Parágrafo Quarto** – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I- Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

**Parágrafo Quinto** – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

**Parágrafo Sexto** - A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I- Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II- Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III- Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

**Cláusula Sexta – DA VIGÊNCIA**

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

#### **Cláusula Sétima – DAS PENALIDADES**

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 156 da Lei nº 8.666/93.

#### **Cláusula Oitava – DISPOSIÇÕES GERAIS**

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

**Parágrafo Primeiro** – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

**Parágrafo Segundo** – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas. **Parágrafo Terceiro** – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I. A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II. A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III. A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV. Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V. O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI. Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII. O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

VIII. Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

### **Cláusula Nona – DO FORO**

A CONTRATANTE elege o foro da Seção Judiciária do Distrito Federal, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

Brasília, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202X.

De Acordo

Pela CONTRATANTE:

---

Pela CONTRATADA:

---

TESTEMUNHAS

NOME: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

**TERMO DE CIÊNCIA  
(MODELO)**

Contrato N°:

Objeto:

CONTRATANTE:

Gestor do Contrato:

Matrícula:

Contratada: CNPJ:

Preposto da Contratada:

CPF:

Por este instrumento, os funcionários abaixo-assinados declaram ter ciência e Conhecer o teor o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes no Censipam.

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202X.

Ciência

CONTRATADA

\_\_\_\_\_

Funcionários

NOME: \_\_\_\_\_ Matrícula: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_ Matrícula: \_\_\_\_\_

**Anexo V - An5\_Enc.pdf**

## ANEXO V - MODELO TERMO ENCERRAMENTO CONTRATUAL



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA-GERAL  
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA  
AMAZÔNIA**

### **TERMO DE ENCERRAMENTO CONTRATUAL**

#### **Identificação**

<b>Contrato Número:</b>	
<b>Objeto:</b>	
<b>Contratante:</b>	
<b>CNPJ:</b>	
<b>Contratada:</b>	
<b>CNPJ:</b>	

#### **Termos**

1. Por este instrumento, as partes acima identificadas resolvem registrar o encerramento do contrato em epígrafe, e ressaltar o que segue:

I -O presente contrato está sendo encerrado por motivo de: .

II - As partes concedem- se mutuamente plena, geral, irrestrita e irrevogável quitação de todas as obrigações diretas e indiretas decorrentes deste contrato, não restando mais nada a reclamar de parte a parte, exceto as relacionadas no inciso a seguir.

III - Não estão abrangidas pela quitação ora lançada e podem ser objeto de exigência ou responsabilização, mesmo após o encerramento do vínculo contratual:

- a) As obrigações relacionadas a processos iniciados e/ou vigentes de penalização contratual;
- b) A reclamação de qualquer tipo sobre defeitos ocultos nos produtos ou serviços entregues ou prestados;
- c) O comprometimento firmado no Termo de Compromisso;
- d) O comprometimento firmado na Declaração de Sigilo



e) ...

f) . Outras pendências caso existam.

Reiteram as partes que o foro da dirimir qualquer conflito decorrente do contrato em epígrafe será o de Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim tendo lido e concordado com todos seus termos, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias iguais, para que surta seus efeitos jurídicos.

De acordo

<b>CONTRATANTE</b>	<b>CONTRATADA</b>
<b>Autoridade da Área Administrativa</b>	<b>Representante Legal</b>
Matrícula:	
Brasília-DF, _____ de _____ de 20____.	

**Anexo VI - An6\_TRP.pdf**

## ANEXO VI

### MODELO DO TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA-GERAL  
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA  
AMAZÔNIA**

### TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

#### 1 - Identificação

OFBS nº	Data do recebimento:
Dados do Contrato	
Contrato/NE nº	Processo NUP:
Contratada:	CNPJ:
Representante da contratada:	
Objeto contratual:	

#### 2 - Equipe de fiscalização de recebimento definitivo.

Gestor:
Fiscal Técnico:
Fiscal Requisitante:
Fiscal Administrativo:
Nº do Portaria e Boletim da publicação da equipe:

#### 3 - Referências contratuais.

**4 - Itens recebidos definitivamente.**

**5 - Relatório de análise do recebimento definitivo.**

Com aprovação total ou parcial, observações e relato das inconsistências.

**6 - Signatários do Termo de Recebimento Definitivo.**

O Gestor e o Fiscal Técnico do Contrato atestam que foi recebido definitivamente, com/sem pendências, o material/serviço em conformidade com o objeto do referido contrato.

Ratificamos por meio deste Termo de Recebimento Definitivo a plena concordância com seu conteúdo e, para tanto, o subscrevemos:

Brasília, de de 202x.

**Gestor do Contrato**

**Fiscal Técnico do Contrato**

Matrícula:

Matrícula:

**Anexo VII - An7\_TRD.pdf**

**ANEXO VII -**

**MODELO DO TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA-GERAL  
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA  
AMAZÔNIA**

**TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**

**1 - Identificação**

<b>OFBS nº</b>	<b>Data do recebimento:</b>
<b>Dados do Contrato</b>	
<b>Contrato/NE nº</b>	<b>Processo NUP:</b>
<b>Contratada:</b>	<b>CNPJ:</b>
<b>Representante da contratada:</b>	
<b>Objeto contratual:</b>	

**2 - Equipe de fiscalização de recebimento definitivo.**

<b>Gestor:</b>	
<b>Fiscal Técnico:</b>	
<b>Fiscal Requisitante:</b>	
<b>Fiscal Administrativo:</b>	
<b>Nº do Portaria e Boletim da publicação da quipe:</b>	

**3 - Referências contratuais.**

**4 - Itens recebidos definitivamente.**

## **5 - Relatório de análise do recebimento definitivo.**

Com aprovação total ou parcial, observações e relato das inconsistências.

## **6 - Signatários do Termo de Recebimento Definitivo.**

O Gestor e o Fiscal Técnico do Contrato atestam que foi recebido definitivamente, com/sem pendências, o material/serviço em conformidade com o objeto do referido contrato.

Ratificamos por meio deste Termo de Recebimento Definitivo a plena concordância com seu conteúdo e, para tanto, o subscrevemos:

Brasília, de de 202x.

**Gestor do Contrato**

**Fiscal Técnico do Contrato**

Matrícula:

Matrícula:

## **Anexo VIII - An8\_proposta.pdf**



**ANEXO VIII**  
**MODELO DE**  
**PROPOSTA**



**MINISTÉRIO DA**  
**DEFESA SECRETARIA-**  
**GERAL**  
**CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA**

**MODELO DE PROPOSTA**

Empresa: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

AO CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

MINISTÉRIO DA DEFESA

**OBJETO:** O presente Termo de Referência tem por objetivo a Contratação de TI para atender ao licenciamento dos serviços de Active Directory (AD), Dynamic Host Configuration Protocol (DHCP), Domain Name System (DNS) do Centro de Coordenação-Geral e dos Centros Regionais, a fim de manter os equipamentos em garantia e devidamente licenciados conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

**PREÇO:**

**Tabela 1 - Bens e serviços que compõem a solução a ser adquirida.**

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTDE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
-------	------	-----------	----	------	----------------------------	-------------------------

ÚNICO	1	<p>Servidor de dados com as seguintes configurações mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Tipo: Rack (a ser instalado em gabinete padrão rack 19 polegadas, 1U);</li> <li>• 1 Processador físico de 16 núcleos, arquitetura x86-64;</li> <li>• Memória RDIMM com, no mínimo, 32 GB DDR4 3.200 MHz, em dual-channel, com capacidade de expansão para 256 GB;</li> <li>• Interface Rede Lan: no mínimo 2;</li> <li>• 3 HDD, interface SATA com 2 TB de capacidade cada ;</li> <li>• 2 SSD SATA de, no mínimo, 128 GB cada;</li> <li>• Fonte Alimentação: Redundante (Swap/Hot Plug);</li> <li>• Sistema Operacional: com sistema operacional Windows Server 2022 Standard pré instalado (OEM);</li> <li>• Garantia On Site: com 60 meses de garantia com substituição de peças e atendimento para software (9X5).</li> </ul>	Unidade	08		
	2	Serviço técnico especializado para configuração, customização, transferência de conhecimento e migração dos serviços de Active Directory (AD), DNS , DHCP e WSUS do Microsoft Windows	Unidade	01		

		<p>Server 2012R2 para Windows Server 2022.</p> <p>O serviço deverá ser realizado nos oito servidores que estarão distribuídos em 04 localidades: Brasília, Belém , Porto Velho e Manaus, podendo ser realizado a partir de Brasília para as demais localidades de forma remota.</p>				
ITEM	3	Licença perpétua de CAL por usuário para Windows Server 2022	Unidade	589		

LOCAL E DATA

VALIDADE DA PROPOSTA:

---

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL